

Icatu Seguros S.A.
e Controladas
CNPJ 42.283.770/0001-39

**Demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro
de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas	5
Balancos patrimoniais consolidados	9
Demonstrações consolidadas dos resultados	11
Demonstrações consolidadas dos resultados abrangentes	12
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio	13
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa "	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	15
Resumo do relatório do comitê de auditoria referente ao exercício social	42
Composição Conselho Administração e Diretoria	44

ICATU SEGUROS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ: 42.283.770/0001-39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos nossos acionistas o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras Consolidadas da Icatu Seguros S.A. e controladas, relativas aos exercícios 31 de dezembro de 2016 e de 2015 Consolidadas, os respectivos Pareceres dos Auditores Independentes e Comitê de Auditoria.

A Icatu Seguros S.A. e controladas apresentaram lucro líquido de R\$ 266,3 milhões no exercício de 2016, comparado a R\$ 216,6 milhões do ano anterior. Esse resultado exclui a participação de não controladores, equivalente a R\$ 19 milhões.

O patrimônio líquido da companhia atingiu R\$ 1,1 bilhão em 2016, crescimento de 23,8% em relação ao ano anterior. O valor é líquido da distribuição de R\$ 110 milhões de dividendos definidos em Assembleia Geral Ordinária de março/2016 e de R\$ 70 milhões de dividendos intermediários definidos em Assembleia Geral Extraordinária de novembro/2016.

Com uma sólida posição financeira, a Icatu Seguros S.A. e controladas encerraram o exercício com um volume de ativos livres de R\$ 602,5 milhões.

O faturamento global (*) atingiu R\$ 3,4 bilhões, sendo R\$ 1,5 bilhão de prêmios emitidos líquidos, R\$ 1,0 bilhão de contribuições de previdência e R\$ 0,9 bilhão de arrecadação com títulos de capitalização.

A soma dos resultados das operações de Seguros, Capitalização, Previdência Complementar e Resseguro alcançou R\$ 469,1 milhões, aumento de 16,9% em relação ao ano anterior.

As aplicações financeiras somaram R\$ 15,9 bilhões em 2016, crescimento de 22,3% em relação ao ano anterior.

As provisões técnicas alcançaram R\$ 15,4 bilhões, sendo R\$ 7,0 bilhões em Seguros, R\$ 6,6 bilhões em Previdência e R\$ 1,8 bilhão em Capitalização, o que representa um crescimento de 20,9% em relação ao ano anterior.

O resultado financeiro da Icatu Seguros S.A. e suas controladas atingiu o montante de R\$ 390,9 milhões, aumento de 35,9% em relação ao ano anterior.

As provisões técnicas da Icatu Seguros S.A. e de suas controladas são administradas de acordo com as melhores práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 521/2015, mantendo inclusive os títulos e valores mobiliários da categoria “mantidos até o vencimento”.

A Icatu Seguros S.A. e suas controladas aproveitam a oportunidade para agradecer aos acionistas, funcionários, parceiros e corretores pela conquista desses resultados. Aos clientes pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017.

A Administração.

(*) Faturamento = prêmios emitidos líquidos+ receita com emissão de apólices + contribuições para cobertura de risco + receita com resseguro + rendas de contribuições e prêmios + rendas com taxas de gestão e outras taxas + Arrecadação com títulos de capitalização



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Icatu Seguros S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Icatu Seguros S.A. “Companhia” que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

A handwritten signature in red ink, appearing to read 'Fernando', written over a horizontal line.

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

		2016	2015 (Reclassificado)
ATIVO			
CIRCULANTE		14.601.153	11.884.164
DISPONÍVEL		57.868	29.805
APLICAÇÕES	Nota 5	14.162.179	11.475.266
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		242.514	223.980
Prêmios a Receber	Nota 7	110.880	106.653
Operações com Seguradoras		25.411	23.245
Operações com Resseguradoras		13.417	7.694
Outros Créditos Operacionais		92.806	86.388
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		261	358
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		16.834	18.975
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS		31.380	31.530
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		29.640	50.634
Títulos e Créditos a Receber		5.462	19.858
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 8	19.977	11.812
Outros Créditos		4.201	18.964
DESPESAS ANTECIPADAS		113	358
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS		60.364	53.258
Seguros	Nota 13	57.481	51.755
Previdência	Nota 14	2.883	1.503
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.578.461	2.281.500
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.224.841	1.995.425
APLICAÇÕES	Nota 5	1.721.990	1.512.916
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS		12.508	-
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		420.006	403.641
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 8	82.132	129.349
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 17.3	317.469	237.722
Outros créditos Operacionais		20.153	36.324
Outros créditos a receber		252	246
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS		70.337	78.868
Seguros	Nota 13	63.864	69.006
Previdência	Nota 14	6.473	9.862
INVESTIMENTOS	Nota 9	183.318	133.450
IMOBILIZADO	Nota 10	8.818	10.099
INTANGÍVEL	Nota 11	161.484	142.526
TOTAL DO ATIVO		17.179.614	14.165.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015 (Reclassificado)
PASSIVO		
CIRCULANTE	4.435.426	4.021.610
CONTAS A PAGAR	160.699	155.289
Obrigações a Pagar	117.433	117.025
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	14.414	12.723
Encargos Trabalhistas	13.456	10.664
Impostos e Contribuições	7.550	4.141
Outras Contas a Pagar	7.846	10.736
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	120.505	95.757
Prêmios a Restituir	1.459	1.333
Operações com Seguradoras	19.044	14.863
Operações com Resseguradoras	38.077	24.050
Corretores de Seguros e Resseguros	60.575	54.644
Outros Débitos Operacionais	1.350	867
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	2.045	1.621
Débitos de Resseguros	173	9
Outros Débitos Operacionais	1.872	1.612
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO	30.938	27.867
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	25.677	26.080
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	1.412.698	1.174.839
PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	850.519	683.080
PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO	1.832.345	1.857.077
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	11.626.274	9.247.218
CONTAS A PAGAR	335.929	236.429
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	5.538.857	4.410.782
PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	5.734.109	4.584.956
OUTROS DÉBITOS	17.379	15.051
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.117.914	896.836
Capital Social	425.000	425.000
Reservas de Capital	35.577	35.577
Reservas de Lucros	585.747	499.457
Ajuste de Avaliação Patrimonial	17.072	(101.396)
Participação dos Sócios Não Controladores	54.518	38.198
TOTAL DO PASSIVO	17.179.614	14.165.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS DE 2016 E 2015

	2016	2015 (Reclassificado)
Prêmios Emitidos	1.450.404	1.343.509
Contribuições para Cobertura de Riscos	5.088	4.165
Variação das Provisões Técnicas	9.426	(72.392)
Prêmios Ganhos	1.464.918	1.275.282
Receita com Emissão de Apólices	6.591	6.392
Sinistros Ocorridos	(618.296)	(539.685)
Custos de Aquisição	(431.304)	(372.511)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(73.417)	(40.531)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	348.492	328.947
Resultado com operações de Resseguros	(1.818)	(4.659)
Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL	1.054.682	945.855
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	(138.085)	(270.814)
Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL	916.597	675.041
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas	110	-
Variação de Outras Provisões Técnicas	(919.318)	(677.549)
Custo de Aquisição	(24.415)	(15.002)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1.264)	(964)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA	(28.290)	(18.474)
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	215.252	164.691
Arrecadação com Títulos de Capitalização	215.252	164.691
Custo de Aquisição	(84.298)	(75.921)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	19.783	6.773
Outras Receitas Operacionais	53.465	43.660
Outras Despesas Operacionais	(33.682)	(36.887)
RESULTADO OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	150.737	95.543
Despesas Administrativas	(407.244)	(406.994)
Despesas com Tributos	(87.357)	(68.423)
Resultado Financeiro	390.907	287.574
Resultado Patrimonial	99.310	95.386
RESULTADO OPERACIONAL	464.738	308.900
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	(2.156)	6.892
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	462.582	315.792
Imposto de Renda	(90.928)	(44.147)
Contribuição Social	(86.353)	(38.899)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - Consolidado	285.301	232.746
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - Controlador	266.290	216.551
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - Não Controlador	19.011	16.195
Quantidade de Ações	640.969,00	640.969,00
Lucro Líquido do Exercício - Consolidado por Ação - R\$	445,11	363,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

ICATU SEGUROS S.A. E CONTROLADAS
CNPJ: 42.283.770/0001-39

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015 (Reclassificado)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	285.301	232.746
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	79.856	(54.270)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	133.630	(91.069)
Imposto sobre o ganho/perda(a) originado no exercício	(53.774)	36.799
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	38.742	(26.916)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO - Consolidado	403.899	151.560
RESULTADO ABRANGENTE - CONTROLADOR	384.758	135.365
RESULTADO ABRANGENTE - NÃO CONTROLADOR	19.141	16.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL EM EM APROVAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SÓCIOS CONTROLADORES	PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
			RESERVA DE ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	345.000	80.000	34.659	918	38.504	344.402	(20.210)	-	823.273	-	823.273
Aumento de Capital.....	80.000	(80.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e Pagos AGE de Abril/2015.....	-	-	-	-	-	(100.000)	-	-	(100.000)	-	(100.000)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários.....	-	-	-	-	-	-	(54.270)	-	(54.270)	-	(54.270)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Reflexo.....	-	-	-	-	-	-	(26.916)	-	(26.916)	-	(26.916)
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	216.551	216.551	16.195	232.746
Destinação do Lucro Líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição Reserva Legal.....	-	-	-	-	10.828	-	-	(10.828)	-	-	-
Constituição Reserva Estatutária.....	-	-	-	-	-	205.723	-	(205.723)	-	22.003	22.003
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	425.000	-	34.659	918	49.332	450.125	(101.396)	-	858.638	38.198	896.836
Dividendos declarados AGO e pagos de 31/03/2016.....	-	-	-	-	-	(110.000)	-	-	(110.000)	(7.959)	(117.959)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios.....	-	-	-	-	-	-	79.856	-	79.856	-	79.856
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Coligadas e Controladas.....	-	-	-	-	-	-	38.612	-	38.612	130	38.742
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	266.290	266.290	19.011	285.301
Destinação do Lucro Líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos intermediários pagos AGE de 17/11/2016.....	-	-	-	-	-	-	-	(70.000)	(70.000)	-	(70.000)
Constituição Reserva Legal.....	-	-	-	-	13.314	-	-	(13.314)	-	-	-
Constituição Reserva Estatutária.....	-	-	-	-	-	182.976	-	(182.976)	-	5.138	5.138
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	425.000	-	34.659	918	62.646	523.101	17.072	-	1.063.396	54.518	1.117.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais)

	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	19.011	16.195
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	15.947	17.139
Resultado de Equivalência Patrimonial	(99.310)	(96.103)
Ganho ou perda na alienação de imobilizado e intangível	2.059	(6.884)
Variações das Provisões Técnicas	499.702	457.202
Variação de Impostos sobre o Lucro	6.838	16.842
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(2.777.520)	(2.185.235)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(18.534)	(41.805)
Créditos das operações de previdência complementar	97	246
Créditos das operações de capitalização	2.141	(9.781)
Ativos de resseguro	(12.358)	(13.486)
Créditos fiscais e previdenciários	(8.165)	(1.513)
Ativo fiscal diferido	47.217	(55.663)
Despesas antecipadas	(79.747)	(43.815)
Custos de aquisição diferidos	245	7.494
Depósitos judiciais e fiscais	1.425	(19.054)
Outros ativos	18.415	56.177
Fornecedores e outras contas a pagar	174.616	86.613
Impostos e contribuições	17.495	25.069
Débitos de operações com seguros e resseguros	24.748	29.919
Débitos das operações com previdência complementar	424	(750)
Débitos das operações com capitalização	3.071	6.696
Depósitos de terceiros	(403)	13.069
Provisões técnicas - Seguros	545.779	924.833
Provisões técnicas - previdência complementar	1.561.918	680.300
Provisões técnicas - capitalização	50.395	44.568
Provisões judiciais	73.503	22.002
Outros passivos	(2.689)	-
Caixa Gerado pelas Operações	66.320	(69.725)
Imposto sobre o lucro pagos	(165.215)	(99.888)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(98.895)	(169.613)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela Venda Imobilizado e Intangível	-	152
Pagamento pela aquisição de investimentos	(24.817)	(18.824)
Pagamento pela aquisição de Imobilizado e Intangível	(33.740)	(25.298)
Recebimento de Dividendos e JCP	99.225	91.734
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	40.668	47.764
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(180.000)	(100.000)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento	(180.000)	(100.000)
Aumento/(Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(238.227)	(5.298)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.805	35.103
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	57.868	29.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

ICATU SEGUROS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 42.283.770/0001-39

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Icatu Seguros S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ autorizada a operar em todas as Unidades da Federação e que atua nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como em seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, por meio de consórcio. A Companhia participa, por intermédio de suas controladas (o “grupo Icatu Seguros” ou “Grupo”), nos segmentos acima citados, e em capitalização, prestação de serviços de consultoria e assessoria na área financeira e de mercado de capitais, administração de carteiras de títulos e valores mobiliários e administração de passivos de entidades abertas e fechadas de previdência complementar.

A Companhia tem os seguintes acionistas:

	Percentual de ações		
	ON	PN	Total
Icatu Holding S.A.....	32,30%	50,00%	34,65%
Icatu Assessoria Ltda.....	43,87%	30,64%	42,11%
Nalbrapar Ltda.....	10,38%	19,36%	11,58%
Pessoas Naturais.....	13,45%	0,00%	11,66%
Total.....	100,00%	100,00%	100,00%

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**2.1 Base de Preparação e Declaração de Conformidade**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas (“Demonstrações Consolidadas”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas, em conformidade com o padrão contábil internacional (*International Financial Reporting Standards-IFRS*) estabelecido pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As Demonstrações Consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 21 de Fevereiro de 2017.

2.2 Reclassificações nas Demonstrações Consolidadas Comparativas

- Os Valores de “Custos de Aquisição Diferidos” de R\$ 1.384 no ativo circulante e R\$ 8.906 no ativo não circulante, referente a produtos VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), que em 31/12/2015 estavam alocados como Previdência foram reclassificados para “Custos de Aquisição Diferido - Seguros”.
- Em atendimento a Orientação SUSEP “Sinistros X Outras Despesas Operacionais”, foram realizadas as seguintes reclassificações:

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	2015	Ajustes	2015
			(Reclassificado)
CIRCULANTE	4.001.578	4.813	4.021.610
Provisões Técnicas - Seguros	1.172.195	2.644	1.174.839
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	680.911	2.169	683.080
NÃO CIRCULANTE	9.247.218	(4.813)	9.010.789
Provisões Técnicas - Seguros	4.405.509	5.273	4.410.782
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	4.584.956	-	4.584.956
Outros Débitos	25.137	(10.086)	15.051

- Tendo em vista que nestas demonstrações financeiras consolidadas estão sendo consolidados também os fundos exclusivos, dos quais a Companhia e suas controladas são as únicas cotistas, A Companhia realizou a partir deste exercício a eliminação da taxa de gestão que é paga pelos fundos à Icatu Seguros S.A. Desta forma, os saldos comparativos da Demonstração Consolidada de Resultados relativa ao exercício findo em 31/12/2015, apresenta uma redução na linha “Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas”, no valor de R\$71.146, e um aumento no mesmo valor na linha “Resultado Financeiro”.
- A Companhia fez melhorias em sua metodologia de determinação do nível de hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros, dessa forma determinados instrumentos financeiros migraram de uma categoria para outra. Como consequência, para fins de comparabilidade, a Companhia replicou o mesmo critério atualmente utilizado para os instrumentos financeiros existentes no período comparativo relativo a 31/12/2015, reclassificando o montante de R\$ 6.029.826, do nível 2 para o nível 1 (nota 5.3).
- Em atendimento a norma CPA nº 004/2016 - Comitê de Pronunciamentos Atuariais do IBA (Instituto Brasileiro de Atuária), os valores da Provisão de Excedente Técnico devidos a uma terceira contraparte que não seja responsável pelo pagamento dos prêmios, não devem ser enquadrados no conceito de superávit técnico. Deste modo, o montante de R\$ 21.379 foi reclassificado de “Variação das Provisões Técnicas de Prêmios” para “Despesas com Operações Seguros” em 31/12/2015 para efeito comparativo (Nota 22).

2.3 Base de Mensuração

Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias “ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado”, e “ativos financeiros disponíveis para venda”. A Companhia e suas controladas classificam os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade. Quando não é possível identificar tais prazos são classificados em “Circulante” e “Não Circulante”, de acordo com estudo técnico. Passivos de exigibilidade imediata são classificados no circulante.

2.4 Moeda Funcional e de Apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Consolidadas são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, dos fundos exclusivos e suas controladas.

2.5 Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Consolidadas requer que a Administração da Companhia e suas controladas se baseiem em estimativas e julgamentos para o registro de transações, que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a sua divulgação. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Consolidadas referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição para os produtos de previdência complementar, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da redução ao valor recuperável sobre créditos e outros ativos e às provisões técnicas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil de efeitos que por ventura surjam é efetuado no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- ✓ Redução ao Valor Recuperável (nota 3.2(c));
- ✓ Provisões Técnicas (nota 3.8);
- ✓ Aplicações Financeiras (nota 5);
- ✓ Créditos Tributários e Previdenciários (nota 8);
- ✓ Provisões Judiciais (nota 17.1).

2.6 Base de Consolidação

As práticas contábeis divulgadas na Nota 3 foram adotadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As Demonstrações Consolidadas incluem as informações da Companhia, das empresas controladas citadas a seguir e dos fundos de investimento exclusivos:

Denominação Societária	Participação Acionária sobre Capital Total		Participação Acionária sobre Capital Total	
	2016		2015	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Icatu Capitalização S.A.....	100,00%	-	100,00%	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais.....	100,00%	-	100,00%	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.....	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Icatu Consultoria Ltda.....	100,00%	-	100,00%	-
Itumbiara Participações Ltda.....	100,00%	-	100,00%	-
Banrisul Icatu Participações S.A.....	50,01%	-	50,01%	-
Rio Grande Seguros e Previdência.....	0,00%	50,01%	0,00%	50,01%

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Consolidação

As principais práticas contábeis para consolidação, descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas Demonstrações Consolidadas:

- Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as empresas controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre as controladas;
- Eliminação dos investimentos da controladora nas empresas controladas incluídas na consolidação, bem como dos investimentos entre as controladas;
- Os fundos de investimentos exclusivos foram consolidados;
- Demonstrações das participações dos acionistas minoritários.
- A Consolidação das Demonstrações não apresentou diferenças no Patrimônio Líquido e Resultados relativos a IFRS e CPC comparado com as individuais.

3.2 Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas operam com os seguintes Instrumentos Financeiros:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponível

Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e conseqüentemente em trânsito.

b) Instrumentos Financeiros não Derivativos - Aplicações Financeiras

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ou títulos designados como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Consolidadas, ajustados ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado;
- Disponíveis para venda - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de "títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado", "títulos mantidos até o vencimento" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados aos seus respectivos valores justos e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os prazos de contrato. Os ganhos apurados pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido;

- (III) Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e
- (IV) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, Resseguros, Créditos com Operações de Capitalização e Previdência, e demais contas a receber, não havendo registro de empréstimos. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c) Redução ao Valor Recuperável

c.1) Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução ao valor recuperável dos recebíveis é calculada para os ramos de vida baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência, exceto para a sua Controlada indireta Rio Grande Seguros e Previdência S.A, onde a redução ao valor recuperável dos recebíveis de contratos de seguros é calculada para todos os ramos operados, conforme Circular SUSEP nº 517/15. (nota 7.1).

c.2) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos negociados na BM&FBOVESPA e em mercado de balcão organizado, reconhecidos a valor justo, que têm como objetivo principal proteger os ativos da Companhia e suas controladas dos riscos de mercado (nota 6).

3.3 Outros Créditos Operacionais

Essa rubrica tem por finalidade registrar os pagamentos das obrigações realizadas e ainda não reportadas pelas instituições financeiras. Com isso, o registro transitório fica aguardando o devido retorno para ser baixado, juntamente com a obrigação registrada no passivo, nas rubricas “Comissões a Pagar” e “Provisões Técnicas”.

3.4 Custos de Aquisição Diferidos

Nas operações de seguros - Compreendem o diferimento do agenciamento com base no prazo de vigência das apólices com limitação de 60 meses e o diferimento da comissão e do pró-labore com base no prazo de vigência de cada risco (nota 13).

Nas operações de previdência complementar - Compreendem o diferimento do comissionamento pelo prazo médio calculado atuarialmente, com base na persistência da carteira. (nota 14).

3.5 Investimentos

As participações acionárias em empresas não controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas de ágio gerado nas aquisições. Os resultados da equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações do resultado sob a rubrica “Resultado Patrimonial” (Nota 9). Os outros investimentos permanentes, não financeiros, estão contabilizados pelo custo de aquisição.

3.6 Imobilizado

Está contabilizado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em “Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes”, na demonstração do resultado. (nota 10).

3.7 Intangível

Composto principalmente por contrato de direito de exclusividade para comercialização de produtos nos canais de parcerias, as amortizações são calculadas considerando o tempo de vida útil de 20 anos, determinado em contrato. Composto também pelos gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno, cujas amortizações que são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a.. O intangível é avaliado, a cada data de divulgação sobre o valor do ativo e a sua recuperabilidade (nota 11).

3.8 Provisões Técnicas

São constituídas conforme a metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial do plano aprovado ou elaborada especificamente para a provisão, conforme previsto na Resolução CNSP nº 321/15 (alterada pela Resolução CNSP nº 343/16), Circular SUSEP nº 517/15 e de acordo com as características dos respectivos planos, exceto para o ramo DPVAT, cujos valores são provenientes da Seguradora Líder.

No passivo circulante e não circulante foram classificadas as provisões brutas de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas base, foram classificadas no passivo não circulante. No ativo circulante foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro, obtidas por meio da diferença entre as provisões brutas e aquelas calculadas com prêmios e/ou sinistros deduzidos das operações de resseguro. (notas 13 e 14).

3.8.1 Provisões Técnicas - Seguros e Previdência Complementar

3.8.1.1 Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável (Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL, Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL e Fundo Garantidor de Benefício - FGB), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL, ou acrescidas da remuneração garantida prevista para o plano do tipo FGB.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relacionadas aos seguros de pessoas e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de benefício definido, em regime financeiro de capitalização, representam a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de renda, de pensão e pecúlio, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.8.1.2 Provisão de Sinistros a Liquidar

Correspondem ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data das Demonstrações Consolidadas e ainda pendentes de regularização. A baixa das provisões técnicas ocorre pelo seu efetivo pagamento. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (IBNER - sinistros ocorridos e não suficientemente avisados), a fim de refletir no saldo da mesma, a melhor estimativa do valor de pagamento do sinistro, considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas, etc. Os valores de sinistros a recuperar, correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente.

3.8.1.3 Provisão de Sinistros / Eventos Ocorridos mas não Avisados

Constituída para a cobertura dos sinistros/eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações Consolidadas, sendo que:

(I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatístico-atuariais conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência.

(II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos 12 meses e é utilizada esta proporção para fins de atualização mensal da provisão.

3.8.1.4 Provisão de Prêmios não Ganhos

Constituída pela parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência do risco para riscos vigentes emitidos, considerando ainda uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios.

3.8.1.5 Provisão de Excedente Financeiro

Corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que prevejam cláusula de distribuição de resultados financeiros.

3.8.1.6 Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar

Corresponde aos valores referentes aos resgates e às devoluções de contribuições/prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade/seguradora receptora e às contribuições/prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações Consolidadas.

3.8.1.7 Provisão de Despesas Relacionadas

Corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros/benefícios.

3.8.1.8 Provisão de Excedente Técnico

Constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado de cada apólice/certificado que possua a cláusula de excedente técnico

3.8.2 Provisões Técnicas - Capitalização

3.8.2.1 Provisão Matemática para Capitalização

Representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das quotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.8.2.2 Provisão para Resgates

Representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base das Demonstrações Consolidadas, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos.

3.8.2.3 Provisão para Sorteios a Realizar

É constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data base da constituição, ainda não tenham sido realizados.

3.8.2.4 Provisão de Sorteios a Pagar

Corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos, atualizada monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.8.2.5 Provisão para Despesas Administrativas

É constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

3.8.2.6 Provisão para Distribuição de Bônus

É constituída para a distribuição de bônus ainda não devidos, quando previsto no plano, e sua metodologia de cálculo é idêntica à da provisão matemática para capitalização. A parcela correspondente aos bônus já devidos compõem a provisão para resgates.

3.8.2.7 Prescrição de Títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos, atendendo às disposições previstas no Código Civil.

3.9 Teste de Adequação dos Passivos

A Companhia elabora semestralmente um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação a melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência por ela emitidos.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação destes contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP.

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSsb-V.2015-m e BR-EMSsb-V.2015-f. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado ao período máximo de três anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ).

Para os produtos de previdência estruturados na modalidade de benefício definido (previdência tradicional), FGB - Fundo Garantidor de Benefício, Dotal Misto e para os benefícios já concedidos, foi utilizada a faculdade permitida, conforme prevista no parágrafo 2º do art. 52 da Circular SUSEP nº 517/15, que consiste em deduzir a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no ativo na categoria “mantido até o vencimento”. De acordo com o demonstrativo abaixo, o resultado do TAP para o respectivo grupamento foi nulo.

	R\$ mil
Estimativa corrente dos fluxos de caixa	553.965
Provisões Técnicas na data base (*)	(518.911)
Resultado do TAP	35.054
Valor contábil dos “títulos mantidos até o vencimento”	347.365
Valor de Mercado (ETTJ-SUSEP) dos “títulos mantidos até o vencimento”	(410.986)
Diferença entre valor contábil e valor justo dos “títulos mantidos até o vencimento”	(63.621)
Resultado do TAP após dedução da diferença do valor contábil e valor justo dos “títulos mantidos até o vencimento”	-

Conforme determina o parágrafo único do art. 53 da Circular SUSEP nº 517/15, o saldo contábil das provisões técnicas acrescido do efeito monetário da aplicação prevista no parágrafo 2º do art. 52, para efeito de vinculação de ativos em cobertura é suficiente para cobertura da estimativa corrente dos fluxos de caixa do grupamento em questão, que corresponde a R\$ 553.965.

Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro.

3.10 Provisões Judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objeto de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo “CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” (IAS 37) e levam em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, consultores externos e da Administração em relação às probabilidades de desfecho desfavorável no julgamento final dos processos judiciais.

A Companhia e suas controladas adotaram o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica “Provisões Judiciais”, no passivo não circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de seguros estão contabilizadas na “Provisão de Sinistros a Liquidar”, no passivo circulante e não circulante. As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC.

As provisões cíveis vinculadas as operações são segregadas entre circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos, realizados pelos escritórios externos.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionadas na medida das sentenças condenatórias proferidas.

Os valores estimados de perdas prováveis das causas cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada.

Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis. (Nota 17)

3.11 Contratos de Seguro

A Companhia e suas controladas procederam análise de seus negócios e concluíram que suas operações caracterizam-se de acordo com os preceitos contidos no “CPC 11 - contrato de seguro” (IFRS 4), exceto o segmento de capitalização, os quais são tratadas nestas Demonstrações Consolidadas como contratos de investimentos, conforme normas CPC 38 IAS 39.

Os valores a receber, referentes à de títulos de capitalização são registrados no ativo circulante na rubrica “Créditos das Operações de Capitalização”.

No passivo circulante, os valores referentes às provisões matemáticas, provisões para resgates e sorteios são contabilizados na rubrica “Provisões Técnicas de Capitalização”.

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas as Receitas provenientes de títulos, contrapartida dos valores registrados no ativo, e as despesas oriundas das provisões para resgates e sorteios, registradas no passivo, são confrontadas e eliminadas.

3.12 Resultado

Os prêmios de seguros, cosseguros e comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e comissões correspondentes, são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de provisão para prêmio não ganho e dos custos de aquisição diferidos. São contabilizadas, também, as receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos) relativos aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas.

As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do exercício.

A receita com títulos de capitalização de pagamento único é registrada integralmente quando da emissão dos respectivos títulos.

A receita com títulos de capitalização de pagamento mensal é registrada conforme abaixo:

- Primeira mensalidade quando da respectiva emissão;
- Demais mensalidades quando do efetivo recebimento.

O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma de contabilização da receita. Os custos de aquisição com títulos de capitalização são contabilizados quando incorridos.

As operações do Consórcio DPVAT são contabilizadas com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (“Seguradora Líder”), na proporção do percentual de participação da Companhia e de suas controladas Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e Rio Grande Seguros e Previdência S.A., no consórcio. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do exercício e somente repassados à Companhia e suas controladas, acima mencionadas, pelo valor líquido no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal.

As operações de cosseguro aceito são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres.

3.13 Benefícios a Empregados

3.13.1 Obrigações por aposentadorias

Refere-se a plano de contribuição definida sob o qual a Companhia e suas controladas pagam contribuição fixa para uma entidade ligada, no caso o Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado. As contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado.

3.13.2 Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores, e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

3.14 Impostos e Contribuições

3.14.1 Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015.

3.14.2 Impostos Diferidos

São constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento das Demonstrações Consolidadas, sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, ajustados pelo valor da provisão para não realização, quando aplicável. A Companhia e suas controladas realizaram o cálculo segregando as provisões que serão realizadas até 31/12/2018 aplicando a alíquota de 20%, e as demais provisões cujo o vencimento será após 31/12/2018 foi aplicado alíquota de 15%.

3.15 Novas Normas e Interpretações Contábeis ainda não Adotadas

A Administração da Companhia não espera que novas normas, interpretações e alterações, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, tenham efeito relevante sobre as Demonstrações Consolidadas a partir de sua adoção, exceto pelo IFRS 9 *Financial Instruments* que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo que entrará em vigor a partir de 01/01/2018.

4. GESTÃO DE RISCO

O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Companhia e suas controladas, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhes dão suporte. A Companhia e suas controladas consideram a dimensão e complexidade de suas operações, bem como fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos.

4.1 Responsabilidades pela Gestão de Riscos:

A Companhia nomeou um de seus funcionários como Gestor de Riscos em atendimento a Circular SUSEP nº 521/15, cujo reporte será à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, com o apoio e avaliação de diversas áreas, dentre as quais Controles Internos, Controle de Investimentos e Atuarial, assegurando o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações publicadas, bem como atendimento aos requisitos legais dispostos na supracitada Circular.

4.2 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo *"Internal Control - Integrated Framework (2013)"*, emitida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission ("COSO")*.

4.3 Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.3.1 Principais riscos associados a instrumentos financeiros

4.3.1.1 Risco de Crédito Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Baseia-se, principalmente, sobre aqueles relativos às aplicações financeiras.

Para clientes do ramo de seguros de Vida, quanto a recebíveis de clientes, a Companhia e suas controladas obedecem a uma política de redução ao valor recuperável para valores inadimplentes. A redução ao valor recuperável dos recebíveis é calculada para os ramos de vida baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência, exceto para a sua Controlada indireta Rio Grande Seguros e Previdência S.A, onde a redução ao valor recuperável dos recebíveis é calculada para todos os ramos operados, conforme Circular SUSEP nº 517/15. (nota 7.1).

Quanto a exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia e suas controladas. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências externas de classificação do riscos. Em moeda local, o risco soberano do Governo Brasileiro representa o menor risco de crédito, - nota AAA, e está relacionado as emissões locais denominadas em reais de títulos públicos federais, no volume de R\$ 10.333.663 (R\$ 8.159.754 em 2015). O volume das aplicações em créditos privados, com exceção das cotas de fundos de investimentos não exclusivos, estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de rating *Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.*

	31/12/2016										31/12/2015									
Rating	Debêntures	CDB	DPGE	LF	CRI	FIDC	Promissória	Outras Aplicações *	Total	Debêntures	CDB	DPGE	LF	CRI	FIDC	N. Promissória	Outras Aplicações *	Total		
AAA.....	100.348	15.955	55.211	44.448	-	64.221	-	-	280.183	156.017	241.366	31.468	718.407	10.615	132.191	-	-	1.290.064		
AA+.....	146.007	2.002	-	322.484	-	39.839	6.883	-	517.215	160.821	18.706	-	57.152	-	25.688	4.186	-	266.553		
AA.....	22.592	66.466	-	44.427	-	4.474	-	-	137.959	123.694	2.167	-	196.312	3.860	11.796	-	-	337.829		
AA-.....	316.062	60.820	-	795.618	4.782	18.678	-	-	1.195.960	197.605	135.390	-	31.663	4.984	4.127	-	-	373.769		
A+.....	97.780	32.926	-	3.137	-	1.577	-	-	135.420	41.430	63.331	-	236	-	-	-	-	104.997		
A.....	233.737	325.514	-	82.099	-	-	588	-	641.938	17.677	1.342	-	3.894	-	-	-	-	22.913		
A-.....	7.769	37.043	-	3.298	-	-	-	-	48.110	12.885	10.733	-	34.963	-	5.465	-	-	64.046		
BBB+.....	27.147	601	-	2.003	514	-	-	-	30.265	15.957	5.367	-	1.097	-	-	-	-	22.421		
BBB.....	4.434	384	-	-	-	-	-	-	4.818	32.616	1.181	-	-	-	592	-	-	34.389		
BBB-.....	223	896	-	184	11.334	-	-	129	12.768	52.793	276	-	-	-	-	-	-	53.069		
BB+.....	-	420	-	363	-	-	-	-	783	85.111	968	-	-	-	-	-	-	69.079		
BB.....	12.829	-	-	-	-	-	-	-	12.829	30.979	1.154	-	4.015	-	-	-	-	36.148		
BB-.....	4.611	-	-	-	-	-	-	-	4.611	1.133	-	-	-	-	-	-	-	1.133		
B+.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.727	-	-	-	-	-	-	-	9.727		
B.....	21.423	247	-	363	-	-	-	-	22.033	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
B-.....	8.568	-	-	-	-	-	-	-	8.568	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
CCC.....	2.836	-	-	-	-	-	501	239	3.576	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Sem Rating....	-	-	-	-	-	-	-	-	1.560.914	-	-	-	-	-	-	-	1.311.046	1.311.046		
TOTAL	1.006.366	543.276	55.211	1.298.424	16.630	128.789	7.972	1.561.282	4.617.950	921.445	481.961	31.468	1.047.739	19.459	179.859	4.186	1.311.046	3.997.183		

* Outras Aplicações: principalmente Ações de Clás Abertas e Operações Compromissadas onde não é possível mapear rating.

4.3.1.2 Risco de Mercado - Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas de valor nos instrumentos financeiros devido as oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

A principal metodologia empregada pela Companhia e suas controladas para o gerenciamento do risco de mercado é cálculo do *VaR (Value at Risk)* paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário do mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira.

Os riscos associados a essas estratégias são mensurados por meio do sistema de controle de risco *Accenture Risk Control*, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários dos fundos.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (I) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança, em um horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 dia, estimado com nível de confiança de 95%, volatilidade EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas), janela de 300 dias e lambda de 0,94.
- (II) DV01 (dólar-value for one basis-point): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%), nas taxas de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda esperada em um dia com 95% de confiança através da metodologia VaR paramétrico;
- A perda com a oscilação de um *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de Risco	31/12/2016			31/12/2015		
	DIV-01	VAR	Exposição	DIV-01	VAR	Exposição
Préfixado - DI.....	75	3.605	9.898.309	1.151	9.096	9.404.856
Taxa Referencial.....			104.006	-	-	109.043
IGPM.....	1.040	3.753	812.372	892	16.025	527.346
IPCA.....	2.491	22.240	4.603.342	2.428	24.404	2.574.701
Ações.....	-	9.194	466.140	-	8.255	372.236
TOTAL	3.606	38.792	15.884.169	4.471	57.780	12.988.182

4.3.1.3 Risco de Liquidez - No âmbito dos ativos financeiros, a gestão de liquidez tem como objetivo monitorar a adequação dos prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos e demais recebíveis aos vencimentos contratuais dos passivos atuariais e operacionais da Companhia e suas controladas.

Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado as características da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em Comitê de Investimentos.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de seguros detidos pela Companhia e suas controladas, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

31/12/2016						
Ativos / Passivos Financeiros, Seguros e Capitalização						
	Até 3 Meses ou S/ Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total
Ativo	3.803.531	555.908	694.891	3.058.623	8.479.866	16.592.819
Caixa e Bancos.....	57.868	-	-	-	-	57.868
Aplicações.....	3.124.853	549.868	689.348	3.047.186	8.472.914	15.884.169
Créditos das Operações	259.609	-	-	-	-	259.609
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas...	13.916	6.040	5.543	11.437	6.952	43.888
Titulos e Créditos a Receber.....	347.285	-	-	-	-	347.285
Passivo	1.961.090	585.927	581.598	973.779	11.959.306	16.061.700
Contas a pagar.....	496.628	-	-	-	-	496.628
Provisões Técnicas.....	1.267.918	585.927	581.598	973.779	11.959.306	15.368.528
Débitos das operações	170.867	-	-	-	-	170.867
Depósitos de terceiros.....	25.677	-	-	-	-	25.677

31/12/2015						
Ativos / Passivos Financeiros, Seguros e Capitalização						
	Até 3 Meses ou S/ Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total
Ativo	2.554.705	433.984	1.050.221	3.579.053	5.972.516	13.590.479
Caixa e Bancos.....	29.805	-	-	-	-	29.805
Aplicações.....	1.975.090	430.183	1.046.446	3.570.567	5.965.896	12.988.182
Créditos das Operações	228.094	-	-	-	-	228.094
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas...	8.848	3.801	3.775	8.486	6.620	31.530
Titulos e Créditos a Receber.....	312.868	-	-	-	-	312.868
Passivo	1.565.389	570.441	1.036.589	3.406.180	6.675.010	13.253.609
Contas a pagar.....	391.718	-	-	-	-	391.718
Provisões Técnicas.....	1.012.428	570.441	1.036.589	3.406.180	6.675.010	12.700.648
Débitos das operações	135.163	-	-	-	-	135.163
Depósitos de terceiros.....	26.080	-	-	-	-	26.080

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face as obrigações.

4.3.2 Principais riscos associados a resseguro

A Companhia e sua controlada indireta Rio Grande Seguros e Previdência S.A possuem contrato de resseguro automático da carteira de Seguro de Pessoas Coletivo e Individual, bem como produtos de risco de previdência. O contrato é administrado por um grupo de 5 (cinco) resseguradores conforme exposto abaixo:

Ressegurador	Tipo	Participação	Rating
Austral Re.....	Local	30%	brA+ pela Standard & Poor's
IRB Brasil Re.....	Local	30%	A- pela A.M. BEST
SCOR Brasil Re.....	Local	20%	AA- pela Standard & Poor's
RGA Re.....	Admitido	15%	AA- pela Standard & Poor's
Terra Brasis.....	Local	5%	brA pela Standard & Poor's

O contrato atual é não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos. A retenção da Companhia e de sua controlada Rio Grande Seguros e Previdência S.A é por vida, independentemente da quantidade de coberturas contratadas, o que traz maior segurança na administração da carteira de apólices.

4.3.3 Risco Operacional - Inclui Risco Operacional, Legal, de Fraude e *Compliance*. A gestão do Risco Operacional se concentra essencialmente na manutenção da matriz de riscos operacionais, que permite a Companhia e suas controladas mapear e acompanhar o comportamento dos riscos em que as atividades e negócios estão sujeitos. A matriz é periodicamente revisada, visando sua constante atualização. Todas essas atividades são realizadas em conjunto com as áreas executoras. Cada risco e controle traz informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de exposição, informando ainda o tipo de risco. O processo de gestão desses riscos obedece a ciclos temporais, os quais incluem as seguintes etapas abaixo:

Identificação - Consiste em identificar os riscos inerentes as atividades da Companhia e de suas controladas, contemplando a avaliação dos processos.

Mensuração - Consiste em obter informações que permitam a mensuração de acordo com os níveis de exposição (alto, baixo ou médio) baseado na ponderação entre o impacto x frequência e aspectos subjetivos identificados.

Tratativa - Representa as medidas tomadas pela Companhia e de suas controladas para redução de riscos por meio de ações que minimizem o impacto no caso de ocorrências adversas. Contempla também a verificação da efetividade dos controles internos.

Acompanhamento - A Companhia e suas controladas monitoram as ações de melhorias apontadas, de forma a garantir que serão implementadas.

Comunicação - Contempla todas as atividades voltadas à divulgação de informações sobre riscos e controles comunicados tempestivamente e permeados por toda a Companhia e suas controladas.

As áreas têm a responsabilidade de manter histórico e registrar todas as ocorrências de Riscos Operacionais e devidamente reportá-las as equipes de supervisão, conforme política vigente.

Para os Riscos de *Compliance*, que são aqueles que envolvem o não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia e suas controladas avaliam e monitoram as exposições aplicáveis e as apontam através de emissão de pareceres técnicos. Todas as consultas e acompanhamento são executados conforme os normativos vigentes e aplicáveis.

Os Riscos de Fraude são controlados conforme exigências das leis que coíbam práticas fraudulentas e de lavagem de dinheiro.

Na esfera de Risco Legal, o departamento jurídico da Companhia realiza a análise de contratos corporativos, avalia demandas internas e participa da formação de novos produtos a serem lançados.

Todos os relatórios e monitoramentos listados acima são devidamente reportados à Administração, que tem a responsabilidade de orientar quanto às tratativas de riscos.

4.3.4 Risco de Subscrição

Seguros - A Área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na conquista e renovação das apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia e suas controladas, garantindo assim, sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Nossa política de aceitação visa selecionar de forma criteriosa os proponentes dos nossos seguros, aplicando regras e diretrizes determinadas por nossa área atuarial e mediante análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Controlando o Risco de Subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes. A Companhia e suas controladas visam manter o equilíbrio técnico-financeiro das suas carteiras de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Capitalização - Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo, por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e análises atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em: risco de sorteio, que implica na possibilidade da Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas; risco de persistência, que implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título; risco de cancelamento, que implica na devolução integral das parcelas pagas pelos clientes no caso de problemas gerados no momento da venda e risco de garantir a rentabilidade pré-definida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

4.3.5 Risco por Região e Ramo - Seguros e Previdência

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e por ramo, baseado nos prêmios ganhos, contribuições e Prêmio VGBL no exercício:

	31/12/2016											
	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Vida em Grupo.....	26.123	3,27%	27.208	3,41%	3.571	0,45%	389.171	48,76%	352.079	44,11%	798.152	54,48%
Prestamista.....	13.270	3,28%	10.125	2,50%	113	0,03%	184.928	45,74%	195.906	48,45%	404.342	27,60%
DPVAT.....	6.706	6,06%	12.704	11,48%	3.953	3,57%	73.214	66,14%	14.114	12,75%	110.691	7,56%
Acidentes Pessoais.....	1.353	1,71%	2.112	2,67%	1.248	1,58%	58.510	73,90%	15.954	20,15%	79.177	5,40%
Vida Individual.....	234	0,57%	1.770	4,28%	540	1,30%	38.445	92,88%	402	0,97%	41.391	2,83%
Outros.....	172	0,55%	2.974	9,54%	289	0,93%	15.023	48,21%	12.707	40,77%	31.165	2,13%
Total Seguros.....	47.858	3,29%	56.893	3,88%	9.714	0,66%	759.291	51,83%	591.162	40,35%	1.464.918	100,00%
Previdência.....	9.277	1,01%	57.662	6,29%	10.380	1,13%	800.633	87,35%	38.645	4,22%	916.597	100,00%
Total Previdência.....	9.277	1,01%	57.662	6,29%	10.380	1,13%	800.633	87,35%	38.645	4,22%	916.597	100,00%

	31/12/2015											
	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Vida em Grupo.....	41.358	3,30%	49.553	3,95%	2.175	0,17%	258.094	20,58%	325.132	25,93%	676.312	53,94%
Prestamista.....	23.864	1,90%	436	0,03%	-	0,00%	85.074	6,78%	261.190	20,83%	370.564	29,55%
DPVAT.....	6.438	0,51%	12.788	1,02%	3.860	0,31%	66.989	5,34%	13.671	1,09%	103.746	8,27%
Acidentes Pessoais.....	1.168	0,09%	1.695	0,14%	517	0,04%	22.706	1,81%	20.224	1,61%	46.310	3,69%
Vida Individual.....	222	0,02%	1.937	0,15%	272	0,02%	37.273	2,97%	453	0,04%	40.157	3,20%
Outros.....	150	0,01%	1.266	0,10%	8	0,00%	6.032	0,48%	9.358	0,75%	16.814	1,35%
Total Seguros.....	73.200	5,83%	67.675	5,39%	6.832	0,54%	476.168	37,96%	630.028	50,25%	1.253.903	100,00%
Previdência.....	5.498	0,81%	58.820	8,71%	-	0,00%	604.689	89,58%	6.034	0,90%	675.041	100,00%
Total Previdência.....	5.498	0,81%	58.820	8,71%	-	0,00%	604.689	89,58%	6.034	0,90%	675.041	100,00%

4.3.6 Outras informações - Transferência de Riscos - Seguros

Para proteção de bens do ativo imobilizado, de imóveis alugados e de responsabilidade civil dos administradores, a Companhia e suas controladas transferem, através da contratação de seguros, os riscos que na eventualidade de ocorrência possam impactar sua atividade.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser assim demonstradas

Tipo de Cobertura	Valor da Cobertura	
	31/12/2016	31/12/2015
Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, queda de aeronaves, entre outros.	30.000	26.000

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As composições dos ativos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas estão demonstradas a seguir:

5.1 Composição das Aplicações Financeiras

Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	% Rentabilidade	31/12/2015	31/12/2015	Rentabilidade
Ações	461.958	461.958	2,91%	370.925	370.925	2,86%
Letras do Tesouro Nacional	2.417.746	2.417.746	15,22%	1.775.541	1.775.541	13,67%
Letras Financeiras do Tesouro	2.606.246	2.606.246	16,41%	2.401.416	2.401.416	18,49%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	339.579	339.579	2,14%	507.670	507.670	3,91%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	218.499	218.499	1,38%	196.338	196.338	1,51%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	2.988.704	2.988.704	18,82%	1.682.310	1.682.310	12,95%
Operações Compromissadas	1.074.521	1.074.521	6,76%	911.774	911.774	7,02%
Letras Financeiras - LF IGPM	24.647	24.647	0,16%	16.579	16.579	0,13%
Letras Financeiras - LF IPCA	24.383	24.383	0,15%	18.927	18.927	0,15%
Letras Financeiras - LF CDI	1.122.584	1.122.584	7,07%	988.640	988.640	7,61%
Letras Financeiras - LF PRÉ	126.810	126.810	0,80%	23.593	23.593	0,18%
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDI	368	368	0,00%	372.163	372.204	2,87%
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - TR	400.417	400.417	2,52%	109.043	109.043	0,84%
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - IPCA	104.006	104.006	0,65%	406	406	0,00%
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - PRÉ	221	221	0,00%	368	368	0,00%
Debêntures de Distribuição Pública IPCA	443	443	0,00%	68.183	68.183	0,52%
Debêntures de Distribuição Pública IGPM	38.190	38.190	0,24%	-	-	0,00%
Debêntures de Distribuição Pública CDI	89.842	89.842	0,57%	850.414	850.414	6,55%
Debêntures de Distribuição Pública Pré	902.534	902.534	5,68%	2.782	2.782	0,22%
Debêntures de Distribuição Pública DOL	3.255	3.255	0,02%	67	67	0,00%
Depósito a Prazo com Garantia Especial - CDI	10.734	10.734	0,07%	31.468	31.468	0,24%
Depósito a Prazo com Garantia Especial - IPCA	55.211	55.211	0,35%	-	-	0,00%
Certificados de Recebíveis Imobiliários - IGPM	514	514	0,00%	-	-	0,00%
Certificados de Recebíveis Imobiliários - IPCA	16.116	16.116	0,10%	19.459	19.459	0,15%
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios - FIDC	128.789	128.789	0,81%	179.859	179.859	1,38%
Fundos de Investimento de Renda Fixa	2.690	2.690	0,02%	833.872	833.872	6,42%
Fundos de Investimento Multimercado	16.610	16.610	0,10%	9.201	9.201	0,07%
Fundos de Investimento Referenciado - RF	4.387	4.387	0,03%	20.706	20.706	0,16%
Fundos de Investimento de Curto Prazo	-	-	0,00%	347	347	0,00%
Fundos de Investimento de Ações	2.443	2.443	0,02%	6.916	6.916	0,05%
Fundos de Investimento não Exclusivos	932.556	932.556	5,87%	-	-	0,00%
Notas Promissórias	7.972	7.972	0,05%	4.186	4.186	0,03%
Outras Aplicações	(1.694)	(1.694)	-0,01%	(11.450)	(11.450)	-0,09%
Categoria I - Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	14.121.281	14.121.281	88,90%	11.391.703	11.391.744	87,71%
Notas do Tesouro Nacional - IGPM	40.898	40.898	0,26%	-	-	0,00%
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	-	-	0,00%	83.563	83.563	0,64%
Categoria II - Títulos Disponíveis para Venda	40.898	40.898	0,26%	83.563	83.563	0,64%
Total no Circulante	14.162.179	14.162.179	89,16%	11.475.266	11.475.307	88,35%
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos Bloqueio Judicial	-	-	0,00%	7.697	7.697	0,06%
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos Bloqueio Judicial	6.483	6.483	0,04%	1.412	1.412	0,01%
Categoria I - Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	6.483	6.483	0,04%	9.109	9.109	0,07%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	17.798	17.798	0,11%	163.918	163.918	1,26%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	176.972	176.972	1,11%	197.265	197.265	1,52%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	1.170.188	1.170.188	7,37%	812.796	812.796	6,26%
Categoria II - Títulos Disponíveis para Venda	1.364.958	1.364.958	8,59%	1.173.979	1.173.979	9,04%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	350.549	414.494	2,21%	329.828	369.150	2,54%
Categoria III - Títulos Mantidos até o Vencimento	350.549	414.494	2,21%	329.828	369.150	2,54%
Total no Não Circulante	1.721.990	1.785.935	10,84%	1.512.916	1.552.238	11,65%

Em 31/12/2016, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda era de R\$ 1.363.097 (R\$ 1.348.413 em 31/12/2015). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, montam R\$ 42.759 (R\$ 90.870 de perda em 31/12/2015).

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

5.2 Movimentação dos Instrumentos Financeiros por categorias

	Valor justo por meio de resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldo em 31/12/2014	9.481.909	1.257.253	144.971	10.884.133
Aplicação	8.166.103	737.253	166.502	9.069.858
Resgate	(7.383.690)	(727.712)	(14.414)	(8.125.816)
Rentabilidade	1.136.490	81.817	32.769	1.251.076
Ajuste Títulos de Valores Mobiliários	-	(91.069)	-	(91.069)
Saldo em 31/12/2015	11.400.812	1.257.542	329.828	12.988.182
Aplicação	9.278.854	350.059	-	9.628.913
Resgate	(8.410.966)	(420.541)	(28.881)	(8.860.388)
Rentabilidade	1.859.064	86.034	49.602	1.994.700
Ajuste Títulos de Valores Mobiliários	-	132.762	-	132.762
Saldo em 31/12/2016	14.127.764	1.405.856	350.549	15.884.169

5.3 Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2016	31/12/2015
Nível 1		
Ações de Cias Abertas.....	461.958	370.925
Opções	(72)	15
Futuros	(473)	970
Letras Financeiras do Tesouro*.....	2.612.729	2.401.618
Notas do Tesouro Nacional*.....	3.300.402	1.895.550
Letras do Tesouro Nacional*.....	2.200.292	813.650
Debêntures de Distribuição Pública.....	725.460	-
Operações Compromissadas.....	539.011	-
Nível 2		
Letras do Tesouro Nacional*.....	217.453	961.891
Notas do Tesouro Nacional*.....	246.381	470.977
Operações Compromissadas.....	535.510	911.774
Letras Financeiras.....	1.298.424	1.047.740
Certificados de Depósito Bancário.....	543.276	482.022
Debêntures de Distribuição Pública.....	280.906	921.445
Depósitos a Prazo com Garantia Especial.....	55.211	31.468
Certificados de Recebíveis Imobiliários.....	16.630	19.459
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios.....	128.789	179.859
Fundos de Invest. De Ações.....	2.443	5.681
Fundo de Invest. de Renda Fixa.....	2.690	2.477
Fundos de Investimento Multimercado.....	16.610	9.201
Fundos de Investimento Referenciado - RF.....	4.387	22.089
Fundos de Investimento de Curto Prazo.....	-	347
Fundo de Investimento não exclusivo.....	932.556	858.216
Notas Promissórias.....	7.972	4.186
Letra de Cambio.....	368	-
Futuros	(142)	-
Opções.....	65	-
Swaps	(1.072)	4.238
Outros Aplicações	1.198	(14.988)
Total (I) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	14.128.962	11.400.810
Nível 1		
Notas do Tesouro Nacional*.....	1.150.005	920.970
Nível 2		
Notas do Tesouro Nacional.....	255.853	336.574
Total (II) Títulos disponíveis para venda	1.405.858	1.257.544
Nível 2		
Notas do Tesouro Nacional.....	414.494	369.150
Total (III) Títulos mantidos até o vencimento	414.494	369.150
Total (I+II+III)	15.949.314	13.027.504

* Em 31/12/2015 foi reclassificado do Nível 2 para o Nível 1, sendo R\$ 6.029.826, visando refletir efeito comparativo.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31/12/2016 e 31/12/2015, a Companhia e sua controlada Icatu Capitalização S.A. possuíam os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na BM&FBOVESPA e Swap contratados em mercado de balcão organizado.

31/12/2016						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total em R\$ mil	Objetivo
DAP	Vendido	2019	DI x IPCA	38	1	Hedge Índice
DAP	Vendido	2021	DI x IPCA	27	1	Hedge Índice
DAP	Vendido	2024	DI x IPCA	415	7	Hedge Índice
DDI	Vendido	2019	CDI/DOL	120	18.473	Hedge Índice
DI1	Comprado	2017	CDI	1.174	117.013	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2017	CDI	5.419	504.441	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	2018	CDI	760	66.723	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2018	CDI	3.181	274.099	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	2019	CDI	1.196	97.005	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2019	CDI	3.196	250.899	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	2020	CDI	28	2.038	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2020	CDI	21.752	1.527.037	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	2021	CDI	1.446	94.236	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2021	CDI	1.733	112.908	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2022	CDI	87	5.059	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	2023	CDI	2.231	115.672	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2023	CDI	262	13.584	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2024	CDI	55	2.562	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	2025	CDI	6.224	258.075	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2025	CDI	3.979	164.978	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2026	CDI	30	1.114	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	2027	CDI	583	19.424	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2027	CDI	1.849	61.573	Hedge Taxa pré fixada
DOL	Comprado	2017	DOL	305	49.995	Hedge Índice
DOL	Vendido	2017	DOL	33	5.344	Hedge Índice
IND	Comprado	2017	IBOVESPA	46	2.810	Hedge Índice
IND	Vendido	2017	IBOVESPA	934	57.047	Hedge Índice
ISP	Comprado	2017	S&P 500	216	78.666	Hedge Moeda
ISP	Vendido	2017	S&P 500	3	1.094	Hedge Moeda
MXN	Comprado	2017	MXN	19	2.249	Hedge Moeda
T10	Vendido	2017	Treasury Notes 10 Anos	5	2.020	Hedge Índice
WDO	Comprado	2017	WDO	5	164	Hedge Moeda
WIN	Comprado	2017	IBOVESPA MINI	81	990	Hedge Índice

Swap

Data de Aquisição	Vencimento	Indexador ou Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Passivo em R\$ mil	Apropriação Acumulada em R\$ mil
2014	2017	IPCA	CDI	7.567	10.238	(69)
2014	2017	IPCA	CDI	10.308	13.935	(83)
2014	2017	IPCA	CDI	3.974	5.285	(61)
2014	2017	IPCA	CDI	16.154	21.459	127
2014	2017	IPCA	CDI	3.192	4.270	(13)
2014	2017	IPCA	CDI	5.490	7.361	(46)
2014	2017	IPCA	CDI	10.690	14.294	(57)
2015	2017	CDI	IPCA	27.218	34.982	129
2015	2017	IPCA	CDI	2.836	3.656	(13)
2015	2017	CDI	IPCA	10.600	12.347	(78)
2015	2018	IPCA	CDI	236	293	(3)
2015	2018	IPCA	CDI	259	322	(3)
2016	2017	CDI	IPCA	30.200	33.890	(902)

31/12/2015						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total em R\$ mil	Objetivo
DI1	Comprado	2016	CDI	7.547	707.682	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2016	CDI	12.456	1.201.081	Hedge Taxa pré fixada
OC1	Comprado	2016	CDI	4.559	424.767	Hedge Taxa pré fixada
ISP	Comprado	2016	S&P 500	4	1.641	Hedge Índice
DOL	Comprado	2016	DOL	336	67.186	Hedge Moeda
DOL	Vendido	2016	DOL	47	9.746	Hedge Moeda
WDO	Comprado	2016	WDO	18	720	Hedge Moeda
WDO	Vendido	2016	WDO	20	800	Hedge Moeda
EUR	Vendido	2016	EUR	19	4.151	Hedge Moeda
JPY	Vendido	2016	JPY	19	3.154	Hedge Moeda
IND	Comprado	2016	IBOVESPA	70	3.071	Hedge Índice
IND	Vendido	2016	IBOVESPA	1.357	59.506	Hedge Índice
WIN	Comprado	2016	IBOVESPA MINI	28	246	Hedge Índice
WIN	Vendido	2016	IBOVESPA MINI	28	246	Hedge Índice
MXN	Comprado	2016	MXN	12	2.072	Hedge Moeda
DI1	Comprado	2017	CDI	2.239	191.474	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2017	CDI	11.190	877.992	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	2018	CDI	4.076	299.409	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2018	CDI	5.626	397.015	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	2019	CDI	3.517	219.787	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2019	CDI	5.530	323.494	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2020	CDI	1.174	63.457	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	2021	CDI	594	27.605	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2021	CDI	2.375	110.413	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	2022	CDI	181	7.251	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	2023	CDI	53	1.821	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2023	CDI	7	241	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	2025	CDI	10	253	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2025	CDI	7.921	200.147	Hedge Taxa pré fixada

Swap

Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Passivo em R\$ mil	Apropriação Acumulada em R\$ mil
2011	2016	IPCA	CDI	21	37	(5)
2012	2018	IPCA	CDI	10	15	(1)
2012	2019	IPCA	CDI	20	30	-
2012	2020	IPCA	CDI	11	15	-
2014	2017	IPCA	CDI	57.374	67.703	(476)
2015	2016	CDI	IPCA	11.338	12.256	157
2015	2016	IPCA	CDI	22.738	25.339	(397)
2015	2016	PRE	CDI	3.160	3.161	-
2015	2017	CDI	IPCA	37.818	41.516	228
2015	2017	IPCA	CDI	2.836	3.222	(26)
2015	2018	IPCA	CDI	495	531	5

7. PRÊMIOS A RECEBER

A composição dos Prêmios a receber é demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Prestamistas.....	29.471	41.920
Acidentes Pessoais.....	9.904	5.014
Auxílio funeral.....	2.514	287
Vida em Grupo.....	69.125	62.104
Vida Individual.....	5.403	3.764
Total de Prêmios a Receber	116.417	113.089
Redução ao Valor Recuperável acumulado.....	(5.537)	(6.436)
Total	110.880	106.653

A movimentação dos prêmios a receber e redução ao valor recuperável compõe-se como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	106.653	91.977
(+) Prêmios Emitidos.....	1.889.813	1.511.021
(+) IOF.....	5.057	4.675
(-) Prêmios Cancelados.....	(163.003)	(127.366)
(-) Recebimentos.....	(1.728.539)	(1.371.074)
Prêmios a Receber	109.981	109.233
(+) Constituição de redução ao valor recuperável.....	(1.114)	(10.730)
(-) Reversão de redução ao valor recuperável.....	2.013	8.150
Redução ao Valor Recuperável Exercício.....	899	(2.580)
Saldo Final	110.880	106.653

7.1 Idade dos Prêmios a Receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Prêmios a Receber Bruto	Redução ao Valor Recuperável	Prêmios a Receber Líquido	Prêmios a Receber Bruto	Redução ao Valor Recuperável	Prêmios a Receber Líquido
A vencer						
De 1 até 30 dias.....	100.821	(178)	100.643	99.294	-	99.294
Vencidos						
1 até 30 dias.....	5.355	(117)	5.238	6.436	-	6.436
31 até 60 dias.....	2.476	(54)	2.422	923	-	923
61 até 120 dias.....	1.954	(532)	1.422	1.255	(1.255)	-
121 até 180 dias.....	896	(244)	652	736	(736)	-
181 até 365 dias.....	1.087	(584)	503	1.183	(1.183)	-
mais de 365 dias.....	3.828	(3.828)	-	3.262	(3.262)	-
Total	116.417	(5.537)	110.880	113.089	(6.436)	106.653

A redução ao valor recuperável dos recebíveis é calculada para os ramos de vida baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência, exceto para a sua Controlada indireta Rio Grande Seguros e Previdência S.A, onde a redução ao valor recuperável dos recebíveis é calculada para todos os ramos operados, conforme Circular SUSEP nº 517/15. (nota 7.1).

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários e previdenciários são compostos da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Impostos a Recuperar	19.977	11.812	71	-
Imposto de Renda.....	15.650	8.802	-	-
Contribuição Social.....	1.600	465	71	-
COFINS.....	1.769	1.694	-	-
PIS.....	395	399	-	-
Outros.....	563	452	-	-
Imposto de Renda Diferido	-	-	51.992	142.897
Prejuízos Fiscais.....	-	-	7.465	77.952
Diferenças Temporárias.....	-	-	44.527	64.945
Contribuição Social Diferida	-	-	35.053	51.381
Base Negativa.....	-	-	4.362	8.753
Diferenças Temporárias.....	-	-	30.691	42.628
Provisão Risco s/ Créditos Tributários e Previdenciários	-	-	(4.984)	-
Provisão para Riscos de Créditos.....	-	-	(4.984)	-
Total	19.977	11.812	82.132	194.278

Os saldos de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social apresentados na tabela acima são compensáveis anualmente, à razão de 30% dos lucros tributáveis, sendo ambos imprescritíveis. Em função da projeção de resultado para os próximos 5 anos, tais créditos tributários, originados na controlada Rio Grande Seguros e Previdência S.A., serão realizados até 31/12/2017.

Os créditos tributários diferidos relacionados a diferenças temporárias são originados principalmente de provisões judiciais fiscais. Em razão de estas ações estarem em trâmite nos tribunais superiores e não existir previsão para trânsito em julgado torna-se inviável uma projeção de prazo para realização destes créditos. Para os créditos tributários diferidos originados de diferenças temporárias relacionadas a Títulos a pagar, Excedente Técnico, Provisão de Encargos sociais, Outras Provisões e PLR, a Companhia estima que serão realizados até 31/12/2018.

Diferenças Temporárias		
Imposto de Renda/Contribuição Social	31/12/2016	31/12/2015
Ajuste TVM - Títulos disponíveis para Venda.....	1.146	90.870
Provisão Contingências Trabalhistas.....	4.082	3.580
Provisão Contingências Cíveis.....	8.776	20.501
Provisão Contingências Fiscais.....	4.554	1.044
Provisão Crédito de Liquidação Duvidosa.....	15.868	17.097
Provisão Excedente Técnico.....	6.801	10.748
Fundo de Marketing.....	2.492	2.203
PIS Exigibilidade Suspensa.....	31.711	27.865
COFINS Exigibilidade Suspensa.....	106.693	89.152
Inss s/ Aviso Prévio - Exigibilidade Suspensa.....	204	129
Outras Provisões.....	22.905	15.941
Outras Receitas (Atualização Depósito Judicial).....	(90.143)	(64.946)
Participações Resultados - PLR.....	60.866	44.432
Provisão de títulos a pagar - Prescrição.....	1.922	1.161
Total das Provisões temporárias	177.877	259.777
Aliquota aplicada - IRPJ - 25%	44.527	64.945
Aliquota aplicada - CSLL - 15% e 20%	30.691	42.628

9. INVESTIMENTOS

Os investimentos em coligadas e em outras companhias são compostos da seguinte forma:

Investimentos	Quantidade de ON	% de Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultados Abrangentes	Lucro Líquido do Exercício	Investimento		Resultado Patrimonial	
							31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Brasilcap Capitalização S.A.....	54.010.798	16,67%	231.265	451.092	408.770	408.770	75.197	73.642	68.142	60.089
Caixa Capitalização S.A.....	1.960	24,50%	210.000	388.093	94.992	128.882	95.083	57.402	31.576	35.282
PP-LGD Administração de Bem Próprio S.A.....	133.333.332	25,00%	15.194	5.247	(1.568)	(1.568)	1.312	1.742	(430)	(2)
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.....	482.995	3,21%	15.000	N/D	N/D	N/D	634	572	22	17
Total das Participações Acionárias							172.226	133.358	99.310	95.386
Adiantamento para Aquisição de Investimentos [a].....	-	-	-	-	-	-	11.000	-	-	-
Outros investimentos [b].....	-	-	-	-	-	-	92	92	-	-
Total de Investimentos							183.318	133.450	99.310	95.386

a) Depósito Bancário em favor da Sociedade em organização RG Capitalização S.A.

b) Obras de Arte.

A seguir, a movimentação das participações acionárias da Companhia:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Transferências/Baixas	Dividendos/JCP	Ajuste TVM	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2015	Adições	Dividendos/JCP	Ajuste TVM	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2016
Brasilcap Capitalização S.A.....	71.513	-	-	(57.960)	-	60.089	73.642	-	(66.587)	-	68.142	75.197
Caixa Capitalização S.A.....	65.916	-	-	(17.077)	(26.719)	35.282	57.402	-	(32.638)	38.743	31.576	95.083
PP-LGD Administração de Bem Próprio S.A.....	2.124	1.378	(1.758)	-	-	(2)	1.742	-	-	-	(430)	1.312
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.....	579	-	(24)	-	-	17	572	40	-	-	22	634
Total	140.132	1.378	(1.782)	(75.037)	(26.719)	95.386	133.358	40	(99.225)	38.743	99.310	172.226

10. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é composto por bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, as quais tendem a beneficiar ao grupo por mais de um exercício. O valor de custo do imobilizado em 2016 é de R\$ 54.637 e o montante de depreciação acumulada de R\$ 45.819 (R\$ 55.324 e R\$ 45.225 respectivamente em 2015).

11. INTANGÍVEL

Os intangíveis são compostos da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015
Marcas e Patentes.....	183	183
Software.....	32.788	27.871
Outros Intangíveis [a].....	289.907	264.336
Total	322.878	292.390
Amortização.....	(161.394)	(149.864)
	161.484	142.526

a) Composto principalmente por:

- Pagamento de R\$ 150.993 (contrato de direito de comercialização em caráter de exclusividade, de produtos de seguros de pessoas e previdência nos canais de distribuição do Banco Banrisul S.A.);
- Pagamento de R\$ 9.000 (contrato de direito de comercialização em caráter de exclusividade, de produtos de Capitalização nos canais de distribuição do Banco Banestes S.A); e.
- Intangíveis em fase final da amortização e Projetos em andamento complementam os valores registrados.

12. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de seguros, títulos de capitalização e contribuições de previdência pagos pelos segurados e participantes, cujas apólices, títulos e certificados ainda não foram emitidos, e a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios de seguros, títulos de capitalização e contribuições de previdência que ainda não foram identificados, classificados no passivo circulante. A idade dos Depósitos de Terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015
1 até 30 dias.....	13.642	16.134
31 até 60 dias.....	2.872	2.227
61 até 120 dias.....	1.133	1.236
121 até 180 dias....	848	1.112
181 até 365 dias....	1.497	1.504
mais de 365 dias....	5.685	3.867
Total	25.677	26.080

13. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - SEGUROS

As Provisões Técnicas e os Custos de Aquisição Diferidos estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões Técnicas - Seguros	31/12/2016				31/12/2015			
	Pessoas	Vida com		Total	Pessoas	Vida com		Total
		Individual	Cobertura por Sobrevivência			Individual	Cobertura por Sobrevivência	
Circulante								
Prêmios não Ganhos.....	77.473	2.160	-	79.633	70.586	2.497	-	73.083
Prêmios não Ganhos - RVNE.....	16.622	596	-	17.218	18.209	715	-	18.924
Sinistros a Liquidar.....	216.843	6.102	19	222.964	188.182	4.222	20	192.424
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	327.005	3.583	-	330.588	254.903	896	-	255.799
Benefícios a Conceder.....	-	8	711.336	711.344	-	27	563.016	563.043
Benefícios Concedidos.....	-	26	3.449	3.475	-	25	1.768	1.793
Excedente Financeiro.....	-	1	1	2	-	2	-	2
Provisão para Despesas Relacionadas.....	2.639	447	3	3.089	2.332	17	2	2.351
Excedente Técnico.....	4.831	-	-	4.831	23.861	-	-	23.861
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar....	-	13.297	26.257	39.554	-	12.280	31.279	43.559
	645.413	26.220	741.065	1.412.698	558.073	20.681	596.085	1.174.839
Não Circulante								
Prêmios não Ganhos.....	70.609	-	-	70.609	82.918	-	-	82.918
Sinistros a Liquidar.....	104.235	4.654	-	108.889	81.392	-	-	81.392
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	115.796	5.741	-	121.537	95.560	-	-	95.560
Benefícios a Conceder.....	-	62	5.216.464	5.216.526	-	197	4.128.780	4.128.977
Benefícios Concedidos.....	-	165	19.844	20.009	-	168	10.405	10.573
Provisão para Despesas Relacionadas.....	1.038	58	22	1.118	647	24	13	684
Excedente Técnico.....	169	-	-	169	10.678	-	-	10.678
	291.847	10.680	5.236.330	5.538.857	271.195	389	4.139.198	4.410.782

* O Saldo em 31/12/2015, foi reclassificado conforme descrito na nota 2.2

Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	31/12/2016				31/12/2015			
	Pessoas	Vida com		Total	Pessoas	Vida com		Total
		Individual	Cobertura por Sobrevivência			Individual	Cobertura por Sobrevivência	
Circulante.....	53.927	557	2.997	57.481	44.445	416	6.894	51.755
Não Circulante.....	58.124	-	5.740	63.864	65.610	-	3.396	69.006
	112.051	557	8.737	121.345	110.055	416	10.290	120.761

* O Saldo em 31/12/2015, foi reclassificado conforme descrito na nota 2.2

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas - Seguros	Saldos em 31/12/2014			Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2015			Saldos em 31/12/2016
	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária			Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	
Prêmios não Ganhos.....	129.967	52.245	(26.211)	-	156.001	55.065	(60.824)	-	150.242
Prêmios não Ganhos - RVNE.....	21.406	75.296	(77.778)	-	18.924	18.815	(20.521)	-	17.218
Sinistros a Liquidar.....	233.290	508.270	(501.113)	33.369	273.816	493.485	(468.645)	33.197	331.853
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	312.617	1.236.475	(1.232.939)	35.206	351.359	1.451.540	(1.398.648)	47.874	452.125
Benefícios a Conceder.....	3.653.679	1.926.982	(1.312.060)	423.419	4.692.020	2.172.137	(1.649.793)	713.506	5.927.870
Benefícios Concedidos.....	8.642	5.207	(2.646)	1.163	12.366	32.765	(23.437)	1.790	23.484
Excedente Financeiro.....	-	-	-	2	2	-	-	-	2
Provisão de Despesas Relacionadas.....	3.218	2.512	(2.941)	246	3.035	6.037	(5.155)	290	4.207
Excedente Técnico.....	31.256	76.350	(73.067)	-	34.539	48.459	(77.998)	-	5.000
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar....	22.635	202.646	(182.624)	902	43.559	253.634	(258.524)	885	39.554
	4.416.710	4.085.983	(3.411.379)	494.307	5.585.621	4.531.937	(3.963.545)	797.542	6.951.555
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros									
Total.....	90.931	29.009	(9.469)	10.290	120.761	25.193	(25.577)	968	121.345

Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade, quando da alteração na simulação de variações da sinistralidade e da taxa de desistência, dos cenários estimados:

VARIÁVEL	Premissas	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Sinistralidade	Aumento de 3% de Sinistralidade	7.813	7.349	7.464	7.191
Sinistralidade	Redução de 3% na Sinistralidade	(7.813)	(7.349)	(7.464)	(7.191)
Taxa de Desistência	Redução de 10% na taxa de desistência	-	-	2	2
Taxa de Desistência	Aumento de 10% na taxa de desistência	-	-	(2)	(2)

As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada dos últimos 3 anos. Na Sinistralidade, a premissa de 3% mostrou-se suficiente para cobertura das oscilações analisadas, do mesmo modo que, na taxa de desistência, a premissa de 10% apresentou-se adequada.

O desenvolvimento de sinistros a liquidar Seguros e Previdência, sem as informações de DPVAT no montante de R\$ 46.659, em 31/12/2016, está demonstrado a seguir:

	Ano de aviso do sinistro						Total
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
No ano do aviso	295.900	502.561	412.694	377.487	412.869	487.795	2.489.306
1 ano após o aviso	294.749	502.640	419.875	383.519	468.731	-	2.069.514
2 anos após o aviso	296.111	502.067	415.809	387.873	-	-	1.601.860
3 anos após o aviso	296.151	502.483	421.915	-	-	-	1.220.549
4 anos após o aviso	297.272	508.898	-	-	-	-	806.170
5 anos após o aviso	299.777	-	-	-	-	-	299.777
Estimativa na data base (2015) [a]	299.777	508.898	421.915	387.873	468.731	487.795	2.574.989
Pagamentos efetuados [b]	289.287	490.224	401.824	366.390	427.927	356.630	2.332.282
Sinistros pendentes [c] = [a] - [b]	10.490	18.674	20.091	21.483	40.804	131.165	242.707
Sinistros Pendentes Fora da Análise							61.874
Valor de Pendência Contabilizado							304.581

Abaixo, um quadro com a discriminação das provisões judiciais de sinistros:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo do Início do Exercício	114.694	92.106
Total Pago no Exercício.....	(27.717)	(29.711)
Novas constituições no Exercício.....	51.832	48.849
Baixa da provisão por êxito.....	(2.600)	(1.535)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades...	(15.307)	(16.713)
Alteração da provisão por Atualização Monetária e Juros.....	19.567	21.698
Saldo Final do Exercício	140.469	114.694

14. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

14.1 Provisões Técnicas de Previdência

As Provisões Técnicas e dos Custos de Aquisição Diferidos apresentam as seguintes movimentações:

Provisões Técnicas - Previdência	Saldos em 31/12/2014	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2015	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2016
Prêmios não Ganhos	320	197	(215)	-	302	235	(197)	-	340
Prêmios não Ganhos - RVNE	26	191	(188)	-	29	139	(120)	-	48
Benefícios a Conceder.....	4.402.037	1.385.587	(1.173.202)	450.034	5.064.456	1.848.829	(1.370.169)	780.419	6.323.535
Benefícios Concedidos.....	97.712	44.020	(17.309)	15.127	139.550	84.438	(45.241)	20.610	199.357
Sinistro a Liquidar.....	2.718	2.404	(2.656)	(33)	2.433	1.642	(905)	17	3.187
Excedente Financeiro.....	7.659	987	(1.656)	1.117	8.107	20	(600)	1.996	9.523
Eventos Ocorridos mas não Avisados.....	3.232	648	(2.681)	336	1.535	2.615	(3.242)	204	1.112
Provisão de Despesas Relacionadas.....	811	198	(165)	-	844	199	(67)	-	976
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	39.995	176.234	(168.054)	2.605	50.780	163.312	(170.321)	2.779	46.550
	4.554.421	1.610.466	(1.366.112)	469.186	5.268.036	2.101.429	(1.590.862)	806.025	6.584.628

* O Saldo em 31/12/2015, foi reclassificado conforme descrito na nota 2.2

Custos de Aquisição Diferidos - Previdência	Saldos em 31/12/2014	Constituições	Amortizações	Transferência	Saldos em 31/12/2015*	Constituições	Amortizações	Transferência	Saldos em 31/12/2016
	22.141	659	(1.145)	(10.290)	11.365	2.942	(3.982)	(969)	9.356

* O Saldo em 31/12/2015, foi reclassificado conforme descrito na nota 2.2

14.2 Teste de Sensibilidade - Previdência

Os testes de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: Taxa de juros (1% a.a. ETTJ), Desistência (10%), Longevidade (10%) e Conversão de Renda (5% a.a.), realizados em 31/12/2016 e 31/12/2015 e não impactariam significativamente o resultado e o patrimônio líquido após impostos e contribuições.

15. PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO

15.1 Movimentação das Provisões Técnicas de Capitalização

Estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro dos 12 meses seguintes a data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2014	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2015	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2016
Provisão Matemática para Capitalização.....	1.126.839	640.535	(522.459)	97.945	1.342.860	723.066	(889.117)	106.555	1.283.364
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados.....	152.954	445.009	(429.179)	2.949	171.733	579.798	(559.722)	3.936	195.745
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos.....	82.641	61.468	(69.730)	1.413	75.792	324.376	(294.624)	2.488	108.032
Provisão para Resgates.....	1.362.434	1.147.012	(1.021.368)	102.307	1.590.385	1.627.240	(1.743.463)	112.979	1.587.141
Provisão para Sorteios a Realizar.....	81.865	59.113	(87.759)	7.277	60.496	66.713	(77.357)	(2.383)	47.469
Provisão de Sorteios a Pagar.....	52.030	56.621	(44.580)	1.843	65.914	61.805	(50.364)	2.127	79.482
Provisão para Sorteios.....	133.895	115.734	(132.339)	9.120	126.410	128.518	(127.721)	(256)	126.951
Provisão para Distribuição de Bônus.....	124.342	38.743	(34.907)	10.444	138.622	27.706	(48.729)	(1.032)	116.567
Provisão para Despesas Administrativas.....	1.849	537	(726)	-	1.660	698	(672)	-	1.686
Outras Provisões.....	126.191	39.280	(35.633)	10.444	140.282	28.404	(49.401)	(1.032)	118.253
Total.....	1.622.520	1.302.026	(1.189.340)	121.871	1.857.077	1.784.162	(1.920.585)	111.691	1.832.345

15.2 Teste de Sensibilidade - Capitalização

Os testes de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: Riscos de subscrição e Taxa de juros. Foram realizados em 31/12/2016 e 31/12/2015 e não impactariam significativamente o resultado e o patrimônio líquido, após impostos e contribuições.

As premissas consideradas no teste foram:

- I) Para os Riscos de Subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 10%, definido com base na experiência dos últimos 3 anos de observação.
- II) Para a Taxa de Juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ).

16. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2016	31/12/2015
Provisões Técnicas - Seguros, Previdência e Capitalização.....	15.368.528	12.710.734
Exclusão:		
Custos de Aquisição Diferidos (redutores)[a].....	(34.328)	(34.282)
Provisões Técnicas - Resseguros (redutores)[b].....	(32.121)	(22.145)
Efeito Monetário [c].....	35.054	-
Total a ser Coberto.....	15.337.133	12.654.307
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Debêntures.....	5.107	10.064
Letras Financeiras.....	9.291	18.009
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos e Não Exclusivos.....	14.950.131	12.246.655
Certificados de Recibo Imobiliário.....	7.213	-
Certificados de Depósito Bancário a prazo - CDB.....	365.391	379.579
Total dos Ativos Vinculados	15.337.133	12.654.307
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva[d]	583.242	340.363
Ativos não Vinculados à Cobertura de Reserva	19.272	20.916
Ativos Bloqueio Judicial	9.667	11.918
Total de Aplicações	15.949.314	13.027.504

a) Custos de Aquisição Diferidos: Circulante R\$ 60.364 e Não Circulante R\$ 70.337, total R\$ 130.728 sendo redutores R\$ 34.328 e não redutores R\$ 96.400.

b) Provisões Técnicas - Resseguros: Circulante R\$ 31.380 e Não Circulante R\$ 12.508, total de R\$ 43.888 sendo redutores R\$ 32.121 e não redutores R\$ 11.767.

c) Em atendimento a Circular SUSEP nº 517/15, acrescenta-se ao total a ser coberto efeito monetário utilizado no TAP (nota 3.8). Em 31/12/2015 o resultado foi nulo.

d) Os títulos mantidos até o vencimento passaram a ser apresentados por valor de mercado, em 31/12/2015 o excesso de ativos vinculados foi alterado em função da mudança.

17. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

17.1 PROVISÕES JUDICIAIS

O valor total em discussão dos processos judiciais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" é de R\$ 224.201 (R\$ 256.095 em 2015) que é composto principalmente por causas Cíveis R\$ 149.257 (R\$ 118.637 em 2015) relacionadas à operação e o saldo remanescente é composto principalmente pelas discussões em que se questiona PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Causas Cíveis - Relacionadas a Sinistros/Benefícios						
Probabilidade de Perda	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável.....	1.228	140.469	140.469	1.072	114.694	114.694
Possível.....	1.263	149.257	-	1.062	118.637	-
Remota.....	200	25.039	-	209	23.189	-
Total	2.691	314.765	140.469	2.343	256.520	114.694

Causas Cíveis - exceto as relacionadas a Sinistros/Benefícios						
Probabilidade de Perda	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável.....	313	8.776	8.776	477	10.619	10.619
Possível.....	937	44.305	-	1.162	65.931	-
Remota.....	94	28.566	-	146	27.898	-
Total	1.344	81.647	8.776	1.785	104.448	10.619

Causas Trabalhistas						
Probabilidade de Perda	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável.....	38	4.082	4.082	35	3.579	3.579
Possível.....	90	8.834	-	80	5.822	-
Remota.....	15	3.004	-	20	2.983	-
Total	143	15.920	4.082	135	12.384	3.579

Causas Fiscais						
Probabilidade de Perda	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável.....	15	4.521	4.521	9	853	853
Possível.....	123	53.992	-	127	65.705	-
Remota.....	3	1.719	-	4	1.687	-
Total	141	60.232	4.521	140	68.245	853

Movimentação de provisões judiciais:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Saldos em 31 de dezembro de 2014.....	106.873	3.052	540
Causas Adicionais.....	16.071	67	-
Causas Baixadas.....	(34.659)	(1.758)	-
Causas Ajustadas.....	37.028	2.218	313
Saldos em 31 de dezembro de 2015.....	125.313	3.579	853
Causas Adicionais.....	11.079	-	-
Causas Baixadas.....	(56.119)	(1.062)	(15)
Causas Ajustadas.....	68.972	1.565	3.683
Saldos em 31 de dezembro de 2016.....	149.245	4.082	4.521

17.2 OBRIGAÇÕES FISCAIS

São registradas no passivo não circulante na rubrica Contas a Pagar, são compostas como se segue:

	31/12/2016	31/12/2015
CSLL Majorada.....	133.829	81.710
PIS Exigibilidade Suspensa.....	31.710	27.867
COFINS Exigibilidade Suspensa.....	106.692	89.151
Outras Contas a Pagar.....	63.698	37.701
Total Não Circulante	335.929	236.429

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Empresa	TESE	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial		Provisão	
				Valor atualizado em 31/12/2016	Valor atualizado em 31/12/2015	Valor atualizado em 31/12/2016	Valor atualizado em 31/12/2015
Icatu Seguros S.A	CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.	Possível	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 2ª instância.	R\$ 56.953	R\$ 38.164	R\$ 49.797	R\$ 33.214
Icatu Seguros S.A	PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Aguardando decisão do STF e STJ; Ativo garantidor - 2ª instância e Ativo livre - 2ª instância.	R\$ 100.853, sendo R\$ 86.397 de COFINS e R\$ 14.456 de PIS	R\$ 83.072, sendo R\$ 71.529 COFINS, e R\$ 11.542 PIS	R\$ 100.361, sendo R\$ 14.029 PIS e R\$ 86.332 COFINS	R\$ 85485, sendo R\$ 11.950 PIS e R\$ 73.535 COFINS
Icatu Seguros S.A	PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997.	Provável	A decisão foi parcialmente favorável. Aguardando conversão em favor da União e Companhia.	R\$ 6.448	R\$ 6.154	R\$ 5.347	R\$ 5.053
Icatu Seguros S.A	PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.	Provável	Aguardando decisão do STF.	R\$ 9.637	R\$ 8.932	R\$ 7.632	R\$ 7.051
Icatu Seguros S.A	CPMF - Sobre o valor da transferência da quota FIE/FIFE que integra a carteira da Canadã Life.	Possível	2ª instância	R\$ 668	R\$ 625	-	-
Icatu Capitalização S.A	CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.	Possível	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 1ª instância.	R\$ 77.535	R\$ 49.003	R\$ 75.232	R\$ 45.976
Icatu Capitalização S.A	PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo livre e prescrição - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Aguardando decisão do STF e STJ; Ativo livre - 1ª instância e prescrição - 2ª instância.	R\$ 23.178, sendo R\$ 19.913 COFINS, e R\$ 3.265 PIS	R\$ 18.775, sendo R\$ 16.162 COFINS, e R\$ 2.613 PIS	R\$ 19.774 sendo R\$ 17.010 COFINS, e R\$ 2.764 PIS	R\$ 15.788, sendo R\$ 13.581 COFINS e R\$ 2.207 PIS
Icatu Capitalização S.A	PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997.	Provável	A decisão foi parcialmente favorável. Aguardando conversão em favor da União e Companhia.	R\$ 1.721	R\$ 1.619	R\$ 1.174	R\$ 1.071
Icatu Capitalização S.A	PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.	Provável	Aguardando decisão do STF.	R\$ 84	R\$ 72	R\$ 79	R\$ 74
Rio Grande Seguros e Previdência S.A	CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.	Possível	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 1ª instância.	R\$ 7.539	R\$ 1.540	R\$ 7.958	R\$ 1.848
Rio Grande Seguros e Previdência S.A	PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Aguardando decisão do STF e STJ; Ativo garantidor - 2ª instância e Ativo livre - 2ª instância.	R\$ 1.347, sendo R\$ 1.159 COFINS, e R\$ 188 PIS	R\$ 304, sendo R\$ 261 COFINS, e R\$ 43 PIS	R\$ 2.598, sendo R\$ 2.235 COFINS, e R\$ 363 PIS	R\$ 1394, sendo R\$ 1.199 COFINS e R\$ 195 PIS
Rio Grande Seguros e Previdência S.A	CPMF - Sobre o valor da transferência da quota FIE/FIFE que integra a carteira da Canadã Life.	Possível	2ª instância	R\$ 669	R\$ 627	-	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.	Possível	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 2ª instância.	R\$ 879	R\$ 704	R\$ 843	R\$ 672
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Aguardando decisão do STF e STJ; Ativo garantidor - 2ª instância e Ativo livre - 2ª instância.	R\$ 1.234, sendo R\$ 1.056 COFINS, e R\$ 178 PIS	R\$ 1.020, sendo R\$ 879 COFINS, e R\$ 141 PIS	R\$ 1.167, sendo R\$ 1.003 COFINS, e R\$ 164 PIS	R\$ 966, sendo R\$ 831 COFINS, e R\$ 135 PIS
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.	Provável	Aguardando decisão do STF.	R\$ 159	R\$ 147	R\$ 140	R\$ 130

17.3 DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2015	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2016
Contribuição social	55.743	18.982	6.985	-	81.710	40.611	11.509	-	133.830
COFINS	85.396	1.457	6.883	4.590	89.151	9.648	7.893	-	106.692
PIS	26.310	236	2.066	746	27.867	1.567	2.276	-	31.710
Outras Contas a Pagar	45.229	78.173	-	(85.701)	37.701	171.729	-	(145.733)	63.697
Passivos Fiscais	212.678	98.848	15.934	(80.365)	236.429	223.555	21.678	(145.733)	335.929

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social

O capital subscrito e integralizado de R\$ 425.000 é representado por 640.969 ações sem valor nominal, sendo 555.644 ações ordinárias e 85.325 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital.

18.2 Reservas de Lucros

As Reservas de Lucros de R\$ 585.747 (R\$ 499.457 em 31/12/2015) são compostas por:

Reserva legal de R\$ 62.646 (R\$ 49.232 em 31/12/2015) que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

Reserva Estatutária de R\$ 523.101 (R\$ 450.125 em 31/12/2015) é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 31/03/2016, os acionistas deliberaram pela distribuição de dividendos no valor de R\$ 110.000 (R\$ 100.000 em 2015) com recursos da Reserva Estatutária e em 17/11/2016 na Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram pela distribuição de Dividendos Intermediários no valor de R\$ 70.000.

18.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" registra os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo "credor" registrado no Patrimônio é R\$ R\$ 17.072 (R\$ 101.396 "devedor" em 31/12/2015).

18.4 Destinação de Resultados

No exercício findo em 31/12/2016, a Companhia apurou lucro de R\$ 266.290, cuja destinação proposta foi de R\$ 13.314 para constituição de Reserva Legal e R\$ 182.976 para Reserva Estatutária. Na Assembleia Geral Extraordinária em 17/11/2016, os acionistas deliberaram pela distribuição de Dividendos Intermediários no valor de R\$ 70.000.

18.5 Participação de acionistas

	Consolidado	Icatu Seguros	Banrisul não Controlador	Banrisul Icatu Participações Controlada	Consolidado	Icatu Seguros	Banrisul não Controlador	Banrisul Icatu Participações Controlada
Percentual dos não controladores		50,01%	49,99%	100,00%		50,01%	49,99%	100,00%
Ativo não circulante	2.578.461	54.358	54.336	108.694	2.281.500	37.895	37.880	75.775
Ativo circulante	14.601.153	9.265	9.261	18.526	11.884.164	357	356	713
Passivo não circulante	(11.626.274)	-	-	-	(9.247.218)	-	-	-
Passivo circulante	(4.435.426)	(9.082)	(9.079)	(18.161)	(4.021.610)	(39)	(38)	(77)
Patrimônio líquido	1.117.914	54.541	54.518	109.059	896.836	38.213	38.198	76.411
Ativos líquidos atribuíveis aos não controladores	-	-	54.518	-	-	-	38.198	-
Resultado	285.301	19.018	19.011	38.029	232.746	16.202	16.195	32.397
Outros resultados abrangentes - ORA	118.468	130	130	260	(81.186)	-	-	-
Total resultado abrangente	403.769	19.148	19.141	38.289	151.560	16.202	16.195	32.397
Resultado alocado para os não controladores	-	-	19.011	-	-	-	16.195	-
Fluxo de caixa das atividades operacionais	167.395	2.840	2.838	5.678	46.938	(11.256)	(11.251)	(22.507)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	40.668	(2.821)	(2.819)	(5.640)	47.764	11.263	11.258	22.521
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(180.000)	-	-	-	(100.000)	-	-	-
Aumento líquidos de caixa e equivalentes de caixa	28.063	19	19	38	(5.298)	7	7	14

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

Calculado conforme a Resolução CNSP nº 321/15, alterada pela Resolução CNSP nº 343/16:

	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio Líquido	1.063.396	858.638
Ajustes contábeis	(515.644)	(442.808)
Participação Coligadas e Controladas.....	(414.706)	(301.822)
Despesas Antecipadas.....	(78)	(84)
Ativos Intangíveis.....	(148.043)	(140.810)
Obras de Arte.....	(92)	(92)
Ajuste contábil - 50% Ativos intangíveis Ponto de venda 15% CMR (+).....	47.275	-
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	20.175	-
Ativos financeiros na Cat. mantidos até o vencimento.....	34.991	-
Redução no TAP referente a diferença de marcação dos ativos vinculados.....	(19.279)	-
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas.....	4.463	-
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	567.927	415.830
Capital Base (CB)	15.000	15.000
Capital de Risco de Crédito.....	47.043	42.478
Capital de Risco de Subscrição.....	273.288	295.931
Capital de Risco - Mercado.....	15.349	-
Capital de Risco - Redução por correlação.....	(31.624)	(19.113)
Capital de Risco - Operacional.....	11.114	8.892
Capital de Risco (CR)	315.170	328.188
Capital Mínimo Requerido - CMR = (MAX(CB,CR))	315.170	328.188
Suficiência	252.757	87.642
Razão PLA/CMR	1,80	1,27
Ativos Líquidos	87.169	219.077
Índice de Liquidez em relação ao CR %	27,66%	66,75%

20. PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas são como se segue:

Ativo	31/12/2016	31/12/2015	Receitas		
			31/12/2016	31/12/2015	
Dividendos a Receber	7.499	10.980	Recuperação de Despesa	8.385	4.645
Caixa Capitalização S.A. (Coligada) [a].....	7.499	8.379	Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (ligada) [c].....	3.313	1.585
JCP - BrasilCap Capitalização S.A. (Coligada) [a].....	-	2.601	JCP - BrasilCap Capitalização S.A. (Coligada) [a].....	5.072	3.060
Contas a Receber	2.383	1.460	Despesas		
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada) [b].....	2.383	2.263	Despesas Administrativas.....	(18.596)	(12.231)
Passivo			Administradores (Outros) [d].....	(15.228)	(9.441)
Contas a Pagar	(1.124)	(641)	Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (ligada) [e].....	(3.368)	(2.790)
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada) [b].....	(1.124)	(641)			
Total (Ativo - Passivos)	8.758	11.799	Total (Receitas - Despesas)	(10.211)	(7.586)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

a] Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a receber referem-se às movimentações oriundas da distribuição de resultados de empresas coligadas;

b] Consórcio DPVAT - O saldo referente a Seguradora Líder origina-se da participação da Companhia no Consórcio, que registra a operação e repassa a informação, sem movimentação financeira, constituindo, um "contas a receber / pagar".

c] Reembolsos de custos administrativos - A empresa Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. é uma empresa cujo controle acionário pertence à Icatu Holding S.A e participa do rateio das despesas comuns entre as sociedades do grupo que são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes.

d] Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros. Remuneração paga aos Administradores, registrada na rubrica "Despesas Administrativas", referentes a remuneração e benefícios de curto e longo prazo.

e] Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários.

21. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO - SEGUROS

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramo	31/12/2016			31/12/2015		
	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento
Vida em Grupo.....	798.151	49,1%	18,3%	697.690	49,8%	27,6%
Prestamistas.....	413.526	17,7%	44,2%	364.406	22,6%	42,9%
DPVAT.....	110.692	85,7%	1,4%	109.905	86,7%	1,3%
Acidentes Pessoais.....	74.925	32,3%	36,6%	46.310	24,0%	38,5%
Vida Individual.....	41.388	49,5%	19,1%	40.158	21,3%	17,3%
Outros	26.236	53,3%	16,0%	16.813	30,8%	18,7%
Total	1.464.918	42,2%	29,4%	1.275.282	42,3%	29,7%

22. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2016	31/12/2015
Sinistros Ocorridos	(618.296)	(539.685)
Indenizações Avisadas.....	(587.490)	(477.275)
Indenizações Avisadas de Consórcios e Fundos.....	(44.374)	(63.209)
Varição da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	(24.311)	6.277
Despesas com Sinistros.....	(20.109)	(23.239)
Despesas com Benefícios-Seguro Vida Individual (-)VGBL.....	(9.081)	(11.629)
Recuperação de Sinistros.....	74.097	32.586
Outras Despesas com Sinistros.....	(7.028)	(3.196)
Custos de Aquisição - Seguros	(431.304)	(372.511)
Comissões sobre Prêmio Retido.....	(213.831)	(311.214)
Recuperação de Comissões.....	29.555	58.856
Outras Despesas de Comercialização.....	(249.167)	(139.694)
Varição Comissões Diferidas	2.139	19.541
Resultado com Operações de Resseguro - Seguros e Previdência	(1.818)	(4.659)
Receita com Resseguro - Seguros.....	31.271	25.135
Receita com Resseguro - Previdência.....	1.121	(106)
Despesa com Resseguro - Seguros.....	(34.084)	(29.648)
Despesa com Resseguro - Previdência.....	(126)	(40)
Outras Receitas e Despesas Operacionais - Seguros e Resseguros	(73.417)	(40.531)
Despesas com Cobrança.....	(6.920)	(6.650)
Reversão (Provisão) para Contingências Cíveis.....	(1.416)	-
Reversão (Constituição) de Provisão para Riscos de Créditos.....	18.538	(6.708)
Prestação de Serviço Ativo.....	(8.436)	(13.925)
Receitas c/ Operações Seguros.....	14.952	15.633
Despesas c/ Operações Seguros *.....	(83.203)	(26.673)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....	(6.932)	(2.208)
Outras Receitas e Despesas Operacionais - Capitalização	19.783	6.773
Prescrição de Títulos de Capitalização.....	41.100	31.119
Taxa relativa a Resgates Antecipados.....	12.366	12.541
Prestação de Serviço Ativo.....	(29.934)	(551)
Provisão/ Reversão para Contingências Cíveis.....	9	-
Outras Despesas Operacionais.....	(2.438)	(35.754)
Redução ao Valor Recuperável Para Recebíveis.....	(1.320)	(582)
Outras Receitas e Despesas Operacionais - Previdência	(1.264)	(964)
Despesas de Custeamento de Vendas.....	(685)	(690)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....	(579)	(274)
Custos de Aquisição - Previdência	(24.415)	(15.002)
Despesas de Corretagem e Agenciamento.....	(19.119)	(12.599)
Despesas com Pró-labore.....	(5.092)	(2.179)
Outras Despesas de Comercialização.....	(204)	(224)
Custos de aquisição - Capitalização	(84.298)	(75.921)
Despesas de Corretagem.....	(77.297)	(72.303)
Despesas de Remuneração Performance Mensal.....	(5.272)	(2.276)
Despesas de Custeamento de Vendas.....	(1.729)	(1.342)

Despesas Administrativas	(407.242)	(406.994)
Pessoal Próprio.....	(187.590)	(152.297)
Reversão (Provisão) para Contingências Trabalhistas.....	(417)	(530)
Serviços de Terceiros.....	(47.888)	(54.646)
Localização e Funcionamento.....	(88.419)	(95.791)
Publicidade e Propaganda.....	(27.567)	(24.992)
Consórcio DPVAT.....	(5.690)	(3.885)
Participações nos Resultados.....	(44.061)	(69.971)
Outras Despesas Administrativas.....	(5.610)	(4.882)
Despesas com Tributos	(87.357)	(68.423)
Impostos.....	(5.505)	(3.691)
Reversão (Provisão) para Contingências Fiscais.....	(845)	(313)
COFINS.....	(63.359)	(50.310)
PIS.....	(11.302)	(9.121)
Taxa de Fiscalização.....	(5.676)	(4.424)
Outras Despesas com Tributos.....	(670)	(564)
Resultado Financeiro	390.907	287.574
Receitas Financeiras	2.248.551	1.575.216
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos.....	1.913.533	1.377.887
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos.....	215.082	95.199
Títulos de Renda Fixa.....	50.538	42.042
Títulos de Renda Públicos.....	6.277	6.372
Consórcio DPVAT.....	39.624	15.462
Juros sobre Capital Próprio.....	5.073	3.060
Outras Receitas Financeiras.....	18.424	35.194
Despesas Financeiras	(1.857.644)	(1.287.642)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Previdência.....	(806.025)	(469.185)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Capitalização.....	(111.169)	(113.191)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros.....	(836.634)	(489.356)
Amortização da Provisão Técnica de Excedente Financeiro.....	(2.352)	(139)
Títulos de Renda Variável (quotas de fundos de investimento).....	(168.077)	(211.597)
Títulos de Renda Fixa.....	-	(53)
Outras Despesas Financeiras.....	66.613	(4.121)
Ganhos e Perda com Ativos Não correntes	(2.156)	6.893
Resultado Alienação Bens Ativo Permanente.....	(2.046)	(4.176)
Resultado de Outras Operações.....	(110)	11.069

* Valores de Excedente Técnico reclassificados em atendimento a norma CPA nº 004 /2016 - Comitê de Pronunciamentos Atuariais do IBA (Instituto Brasileiro de Atuária). R\$ 21.379 foi reclassificado para efeito comparativo.

23. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	506.643	506.643	358.484	358.484
Participação nos Lucros	(44.060)	(44.060)	(42.692)	(42.692)
Resultado antes dos Impostos	462.583	462.583	315.792	315.792
Equivalência Patrimonial	(99.310)	(99.310)	(95.386)	(95.386)
ADIÇÕES	155.385	155.385	119.682	119.682
Adição Permanente	3.708	3.708	3.876	3.876
Doações e Patrocínios Indedutíveis	3.916	3.916	3.851	3.851
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	17.849	17.849	25.253	25.253
Provisão para Excedente Técnico	10.993	10.993	10.748	10.748
Outras Provisões	30.543	30.543	29.294	29.294
Participações nos Lucros	52.435	52.435	48.330	48.330
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	21.386	21.386	5.310	5.310
Direitos de Longo Prazo	14.555	14.555	15.627	15.627
EXCLUSÕES	(125.977)	(125.977)	(107.674)	(107.674)
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(25.449)	(25.449)	(18.547)	(18.547)
Provisão para Excedente Técnico	(10.748)	(10.748)	(6.535)	(6.535)
Outras Provisões	(28.600)	(28.600)	(21.845)	(21.845)
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial	(25.172)	(25.172)	(18.773)	(18.773)
Participações nos Lucros	(36.001)	(36.001)	(41.969)	(41.969)
Dividendos Recebidos	(7)	(7)	(6)	(6)
Resultado Ajustado	392.681	392.681	286.112	286.112
Compensação Prej. Fiscal / Base Negativa	(21.951)	(21.951)	(5.750)	(5.750)
Lucro após as Compensações	370.730	370.730	280.362	280.362
Alíquotas Oficiais	20%	15%	20%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(88.047)	(73.915)	(60.735)	(44.140)
Incentivos Fiscais	640	-	109	-
Ajustes Tributários de Exercícios Anteriores	(26)	(3)	(200)	(398)
Constituição/(Reversão) de Créditos Tributários	(7.135)	(3.838)	12.794	12.890
Provisão para Riscos sobre Créditos	3.640	2.910	3.907	(251)
Atualização Processo Judicial CSLL	-	(11.507)	-	(6.986)
Despesas com IRPJ/CSLL	(90.928)	(86.353)	(44.147)	(38.899)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	19,66%	18,67%	13,79%	12,15%

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2016

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Icatu Seguros S.A. e suas controladas diretas Icatu Capitalização S.A. e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e a controlada indireta Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (doravante referidas em seu conjunto como "Empresas"), funciona de acordo com as regras da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especialmente a Resolução CNSP nº 321/2015.

São atribuições do Comitê: assessorar o Conselho de Administração na supervisão da qualidade e integridade das demonstrações financeiras, do cumprimento das disposições legais e regulatórias, da qualificação, independência e atuação dos auditores independentes, da atuação da auditoria interna e das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos.

É responsabilidade da administração das Empresas a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, e a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações financeiras.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da administração das Empresas, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e verificação efetuadas pelo Comitê.

ATIVIDADES DO COMITÊ NO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2016

As principais atividades e trabalhos desenvolvidos pelo Comitê no exercício social foram:

-Reuniões com executivos e profissionais das áreas de operações, controladoria, contabilidade, financeira, tecnologia e segurança da informação, jurídica, controles internos e *compliance* e auditoria interna, assim como a leitura dos relatórios da ouvidoria.

-Revisão do plano anual e acompanhamento dos trabalhos e relatórios da auditoria interna. O Comitê acompanhou também a implantação dos planos de ação propostos pela administração das Empresas para mitigação das deficiências ou oportunidades de melhorias nos controles internos identificadas pela auditoria interna.

-Avaliação do planejamento dos trabalhos e do desempenho e independência dos auditores independentes. O Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre questões relacionadas com controles internos, cumprimento de dispositivos legais e regulatórios e divulgação de informações contábeis, assim como a implantação das ações propostas pela administração das Empresas para melhoria dos procedimentos e do ambiente de controles internos.

-Acompanhamento das atividades executadas pela administração das Empresas relacionadas com a avaliação e gerenciamento de riscos, gestão do sistema de controles internos e cumprimento de normas externas e internas.

-Revisão das demonstrações financeiras das Empresas relativas ao exercício social findo em 31/12/2016, notas explicativas e correspondentes relatórios dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP.

-Reuniões regulares com o Presidente e outros membros da Diretoria, quando apresentou sugestões para o aprimoramento dos controles internos e gestão de riscos.

CONCLUSÕES

Com base nos resultados das atividades desenvolvidas, conforme descrito acima, e nos relatórios dos auditores independentes, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2016 da Icatu Seguros S.A., Icatu Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais.

Ainda, no cumprimento de suas atribuições, e observando o disposto na Resolução CNSP nº 321/2015 e no seu Regimento Interno, nada veio ao conhecimento do Comitê, no curso de seus trabalhos, que o leve a considerar que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos das Empresas não estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das operações, bem como a observância das disposições legais, regulatórias e normativos internos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017

Manuel Luiz da Silva Araújo
Coordenador do Comitê

John Peter Richard James
Membro do Comitê

José Rubens Alonso
Membro do Comitê

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros

Luciano Soares

Marcos Pessoa de Queiroz Falcão

Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga

DIRETORIA

Diretor Presidente

Luciano Snel Corrêa

Diretores

Alexandre Petrone Vilardi

Mário José Gonzaga Petrelli

Cesar Luiz Salazar Saut

Contador

Marcos Celio Santos Nogueira
CRC-RJ nº 089.351/O-8

Atuário

Luciana da Silva Bastos
MIBA nº 1064